

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO – 5ª EDIÇÃO – 2011
PROF. GUSTAVO MELLO KNOPLOCK
EDITORA CAMPUS/ELSEVIER

QUESTÕES EXTRAS

Este material inclui questões da 4ª edição que não foram incluídas na 5ª edição, além de outras questões inéditas.

CAPÍTULO 2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

01 POLÍCIA FEDERAL – AGENTE – 2009 – Cespe/UnB

A empresa pública e a sociedade de economia mista podem ser estruturadas mediante a adoção de qualquer uma das formas societárias admitidas em direito.

02 TCE – AC/ADMINISTRAÇÃO – 2009 – Cespe/UnB As expressões entidade paraestatal e terceiro setor, embora não sejam empregadas na atual Constituição, figuram na doutrina e na jurisprudência, e também em leis ordinárias e complementares. As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) referem-se a entidades da sociedade civil de fins públicos e não-lucrativos, tratando-se, assim, de um terceiro setor, por coexistirem com o primeiro setor (Estado) e o segundo (mercado). No que concerne ao entendimento acerca das entidades paraestatais e o do terceiro setor, assinale a opção incorreta.

- A) O terceiro setor se caracteriza por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos.
- B) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais que, em princípio, seriam exclusivos do Estado, por meio de contrato de gestão.
- C) Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional não são passíveis de qualificação como OSCIPs.
- D) Poderão ser destinados às organizações sociais recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
- E) Entre outras, as OSCIPs, para serem assim qualificadas, poderão ter como objetivos sociais pelo menos uma das seguintes finalidades: a promoção da assistência social e da cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, e a segurança alimentar e nutricional.

03 TCE – AC/ADMINISTRAÇÃO – 2009 – Cespe/UnB Entre as pessoas jurídicas passíveis de qualificação como OSCIPs, estão as

- I - sociedades comerciais.
- II - instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.
- III - organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações.
- IV - cooperativas.
- V - fundações públicas.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 0.
- B) 1.

- C) 2.
- D) 3.
- E) 4.

04 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB Em regra, os órgãos, por não terem personalidade jurídica, não têm capacidade processual, salvo nas hipóteses em que os órgãos são titulares de direitos subjetivos, o que lhes confere capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.

05 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB As entidades do Sistema S (SESI, SESC, SENAI etc.), conforme entendimento do TCU, não se submetem aos estritos termos da Lei n.º 8.666/1993, mas sim a regulamentos próprios.

06 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB Os dirigentes das sociedades de economia mista, sejam eles empregados ou não da referida empresa, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

07 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB A criação de fundações públicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, deve ser autorizada por lei específica, sendo a criação efetiva dessas entidades feita na forma da lei civil, com o registro dos seus atos constitutivos, diferentemente do que ocorre com as autarquias.

08 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não se submetem à exigência constitucional do concurso público e, quanto às obrigações trabalhistas, sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas.

09 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB A autarquia, por possuir autonomia administrativa, econômica e financeira, além de personalidade jurídica própria, possui capacidade processual própria para ser parte em processos judiciais.

10 ANALISTA/ANAC – 2009 – Cespe/UnB São características das fundações a criação por lei, a personalidade jurídica pública, a capacidade de autoadministração, a especialização dos fins ou atividades e a sujeição a controle ou tutela.

11 AFRFB – 2009 – ESAF Quanto à organização administrativa brasileira, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I. A administração pública federal brasileira indireta é composta por autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades paraestatais.
 - II. Diferentemente das pessoas jurídicas de direito privado, as entidades da administração pública indireta de personalidade jurídica de direito público são criadas por lei específica.
 - III. Em regra, a execução judicial contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA enquanto autarquia federal está sujeita ao regime de precatórios previsto no art. 100 da Constituição Federal, respeitadas as exceções.
 - IV. A Caixa Econômica Federal enquanto empresa pública é exemplo do que se passou a chamar, pela doutrina do direito administrativo, de desconcentração da atividade estatal.
 - V. O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS enquanto autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social está subordinada à sua hierarquia e à sua supervisão.
- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - b) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - d) Apenas os itens IV e V estão corretos.

e) Apenas os itens II e V estão corretos.

12 ATRFB – 2009 – ESAF Marque a opção incorreta.

- a) O contrato de gestão, quando celebrado com organizações sociais, restringe a sua autonomia.
- b) Quanto à estrutura das autarquias, estas podem ser fundacionais e corporativas.
- c) Os serviços sociais autônomos são entes paraestatais que não integram a Administração direta nem a indireta.
- d) Organização social é a qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado ou público, sem fins lucrativos, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social.
- e) A Administração Pública, ao criar fundação de direito privado, submete-a ao direito comum em tudo aquilo que não for expressamente derogado por normas de direito público.

13 ANA – 2009 – ESAF Quanto as características da administração pública federal brasileira e sua forma de organização, analise os itens a seguir e marque com V se a assertiva for verdadeira e com F se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.

- () Os órgãos são compartimentos internos da pessoa pública que compõem sua criação bem como sua extinção são disciplinas reservadas a lei.
 - () A realização das atividades administrativas do Estado, de forma desconcentrada, caracteriza a criação de pessoas jurídicas distintas, componentes da administração pública indireta.
 - () As entidades da administração pública indireta do Poder Executivo, apesar de não submetidas hierarquicamente ao Ministério a que se vinculam, sujeitam-se a sua supervisão ministerial.
 - () O Poder Judiciário e o Poder Legislativo constituem pessoas jurídicas distintas do Poder Executivo e, por isso, integram a administração pública indireta.
- a) V, F, V, F
 - b) V, F, F, V
 - c) F, V, V, F
 - d) F, V, F, V
 - e) V, V, F, V

14 AFC-STN – 2008 – ESAF O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são, respectivamente, sociedade de economia mista e empresa pública, cujos capitais votantes majoritários pertencem à União. Quanto a estas espécies de instituições, analise os itens a seguir e marque com V se a assertiva for verdadeira e com F se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.

- () A constituição de sociedades de economia mista e de empresas públicas decorre de um processo de descentralização do Estado que passa a exercer certas atividades por intermédio de outras entidades.
 - () Apesar de serem constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, as sociedades de economia mista e as empresas públicas estão submetidas hierarquicamente à pessoa política da federação que as tenha criado.
 - () Somente por lei específica podem ser criadas sociedades de economia mista e empresas públicas, bem como necessária autorização legislativa, em cada caso, para a criação de suas subsidiárias.
 - () As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - () Quanto ao regime de compras, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se aos princípios da administração pública e devem observar procedimento licitatório.
- a) V, V, F, V, F
 - b) V, F, F, V, V
 - c) F, F, V, F, V
 - d) F, V, V, F, F

e) V, F, F, V, F

15 CGU – 2008 – ESAF Segundo o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995, instituiu-se novos modelos organizacionais visando à modernização da gestão da administração pública: agências executivas e agências reguladoras. Selecione, do ponto de vista conceitual, a opção correta.

- a) Agências reguladoras são criadas por determinação do Presidente da República.
- b) As atividades das agências executivas são definidas por Lei pelo Congresso Nacional.
- c) Agências reguladoras estão sujeitas à mudança de governo.
- d) A finalidade das agências executivas é prestar serviços públicos exclusivos do Estado.
- e) Os dirigentes das agências reguladoras são de livre nomeação e exoneração do Presidente da República.

16 CGU – 2008 – ESAF No âmbito da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, foram previstas instituições privadas, sem fins lucrativos com finalidade pública. A qualificação de uma organização por meio de Termo de Parceria, por sua iniciativa, visando ao fortalecimento da esfera pública não estatal e o aumento do estoque de capital social são características inerentes a.....Escolha a opção correta.

- a) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- b) Organizações não-Governamentais.
- c) Organizações Sociais.
- d) Organizações Sociais de Classe.
- e) Organizações a Serviço do Interesse Público.

17 JUIZ DO TRABALHO – 2005 – ESAF A gestão das agências reguladoras mereceu um tratamento legislativo especial, tendo em vista a complexidade de suas atividades. Entre as inovações constantes de seu regramento, está a figura da denominada “quarentena” de seus ex-dirigentes.

Sobre esse instituto, assinale a opção falsa.

- a) O ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades no setor regulado pela respectiva agência por um período de quatro meses, contados da exoneração ou término do mandato.
- b) A quarentena aplica-se, também, ao ex-dirigente que tenha sido exonerado a pedido, desde que tenha cumprido pelo menos um ano de seu mandato.
- c) O ex-dirigente que violar o impedimento de exercer as atividades no respectivo setor, no período da quarentena, incorrerá na prática do crime de advocacia administrativa.
- d) No período de impedimento, o ex-dirigente fará jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que exerceu e aos benefícios a ele inerentes.
- e) Tratando-se de ex-dirigente servidor público, pode o mesmo optar pela quarentena ou pelo retorno ao seu cargo efetivo, desde que não haja conflito de interesse.

18 MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 2009 – ESAF Com relação às Agências Reguladoras no Brasil, indique a opção incorreta.

- a) Após a instituição do Programa de Desestatização, em 1997, foram criadas a Agência Nacional de Telecomunicações, a Agência Nacional do Petróleo e a Agência Nacional de Energia Elétrica, todas elas para a regulamentação e controle de atividades até então exercidas pelo Estado como monopólio.
- b) A função das agências reguladoras é ditar as normas de condução entre os agentes envolvidos: o Poder Público, o prestador de serviços e os usuários.
- c) A agência reguladora é uma pessoa jurídica de direito público interno, geralmente constituída sob a forma de autarquia especial ou outro ente da administração indireta.
- d) As agências reguladoras são dotadas de autonomia política, financeira, normativa e de gestão.
- e) As agências reguladoras não estão sujeitas às normas gerais de licitação.

19 ANP/ESPECIALISTAS – 2008 – CESGRANRIO Analise as afirmativas a seguir a respeito das entidades da administração federal indireta.

I - Empresas públicas e sociedades de economia mista só podem ser criadas por lei específica.

II - As fundações públicas terão suas áreas de atuação definidas por meio de lei ordinária.

III - A participação acionária de uma sociedade de economia mista em um grupo empresarial privado depende de autorização legislativa.

IV- Aos empregados das sociedades de economia mista da União não são aplicáveis as mesmas vedações sobre acumulação de cargos, empregos e funções, que atingem os servidores das autarquias.

É(São) verdadeira(s) APENAS a(s) afirmativa(s)

(A) I

(B) I e III

(C) I e IV

(D) II e III

(E) II e IV

20 INEP/PESQUISADOR – 2008 – CESGRANRIO Adotando-se o conceito de que órgãos públicos constituem centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, os órgãos públicos NÃO

(A) podem existir com funções meramente consultivas.

(B) podem ser singulares, quando integrados por um único agente.

(C) existem nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

(D) manifestam a própria vontade do Estado no exercício de suas funções.

(E) detêm personalidade jurídica própria.

21 TJ – PI/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Com relação à administração pública indireta e suas entidades, considere:

I. A descentralização administrativa ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central.

II. A fundação é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.

III. As autarquias, dentre outras características, são instituídas por seus fundadores, possuem personalidade jurídica própria e não se sujeitam a controle ou tutela, salvo se previsto em seus estatutos.

IV. A posição da fundação governamental privada perante o poder público é a mesma das sociedades de economia mista e empresas públicas.

V. O desempenho de atividade de natureza econômica e a personalidade jurídica de direito privado são, além de outros, traços comuns entre empresa pública e sociedade de economia mista.

É correto o que consta APENAS em

(A) II e V.

(B) II, III e IV.

(C) I, III e V.

(D) II e III.

(E) I, IV e V.

22 TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – DIREITO – 2009 – FCC A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também,

- (A) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (D) a autarquia será criada por lei complementar, cabendo à lei ordinária federal definir as áreas de sua atuação.
- (E) as administrações tributárias dos Municípios, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos secundários para a realização de suas atividades e atuação de forma desintegrada.

23 TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – DIREITO – 2009 – FCC Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo, é conceito de

- (A) autarquia.
- (B) fundação pública.
- (C) consórcio público.
- (D) sociedade de economia mista.
- (E) empresa pública.

24 TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Aplicam-se às autarquias, dentre outras regras e princípios, o seguinte:

- (A) Não têm direito a ação regressiva contra seus servidores culpados por danos a terceiros.
- (B) Agem por delegação do Poder que a instituiu.
- (C) Gozam de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- (D) Subordinam-se hierarquicamente à entidade estatal a que pertencem.
- (E) Por gozarem de autonomia, seus contratos não estão sujeitos a licitação.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | E | 02 | B | 03 | A | 04 | C | 05 | C | 06 | E | 07 | E | 08 | E | 09 | C | 10 | E |
| 11 | B | 12 | D | 13 | A | 14 | B | 15 | D | 16 | A | 17 | B | 18 | E | 19 | B | 20 | E |
| 21 | E | 22 | B | 23 | A | 24 | C | | | | | | | | | | | | |

CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

01 TÉCNICO/TRE-MA – 2009 – Cespe/UnB João, servidor público federal, obteve, mediante ação judicial transitada em julgado, determinada vantagem pecuniária que, cerca de 15 anos depois, foi incorporada aos proventos da sua aposentadoria. O TCU, ao examinar a concessão da aposentadoria, determinou a suspensão do pagamento da parcela, arguindo estar em conflito com jurisprudência pacífica do STF. Considerando essa situação hipotética, para impedir o ato do TCU, a defesa de João deve arguir o princípio da

- A) legalidade.
- B) moralidade.
- C) impessoalidade.
- D) segurança jurídica.
- E) responsabilidade do Estado por atos administrativos.

02 ANALISTA/ANAC – 2009 – Cespe/UnB O princípio da razoabilidade impõe à administração pública a adequação entre meios e fins, não permitindo a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público

03 ANALISTA/ANAC – 2009 – Cespe/UnB A inserção de nome, símbolo ou imagem de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços ou campanhas de órgãos públicos fere o princípio da impessoalidade da administração pública.

04 AGENTE/ABIN – 2008 – Cespe/UnB Com base no princípio da publicidade, os atos internos da administração pública devem ser publicados no diário oficial.

05 TÉCNICO/STJ – 2008 – Cespe/UnB A exigência de que o administrador público atue com diligência e racionalidade, otimizando o aproveitamento dos recursos públicos para obtenção dos resultados mais úteis à sociedade, se amolda ao princípio da continuidade dos serviços públicos.

06 SUSEP/AGENTE EXECUTIVO – 2006 – ESAF O princípio constitucional do Direito Administrativo, cuja observância forçosa, na prática dos atos administrativos, importa assegurar que, o seu resultado, efetivamente, atinja o seu fim legal, de interesse público, é o da

- a) legalidade.
- b) publicidade.
- c) impessoalidade.
- d) razoabilidade.
- e) moralidade.

07 SUSEP/ANALISTA TÉCNICO – 2006 – ESAF A legalidade, como princípio básico da Administração Pública, especificamente, consiste mais em que, a autoridade administrativa só pode praticar atos, quando

- a) autorizados ou permitidos em lei.
- b) não vedados em lei.
- c) indicada sua fundamentação.
- d) tenha competência para tanto.
- e) objetivam interesse público.

08 SUSEP/ANALISTA TÉCNICO – 2006 – ESAF O sistema adotado, no ordenamento jurídico brasileiro, de controle judicial de legalidade, dos atos da Administração Pública, é

- a) o da chamada jurisdição única.
- b) o do chamado contencioso administrativo.
- c) o de que os atos de gestão estão excluídos da apreciação judicial.
- d) o do necessário exaurimento das instâncias administrativas, para o exercício do controle jurisdicional.
- e) o da justiça administrativa, excludente da judicial.

09 MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 2009 – ESAF O vício do desvio do poder ocorre quando há afronta direta ao seguinte princípio:

- a) supremacia do Interesse Público.
- b) legalidade.
- c) motivação.
- d) eficiência.
- e) autotutela.

10 ANP/DIREITO – 2008 – CESGRANRIO A respeito de princípios de Administração Pública, são feitas as afirmações a seguir.

I - São considerados como princípios constitucionais expressos da Administração Pública, dentre outros, aqueles mencionados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal em vigor.

II - Os princípios constitucionais expressos da Administração Pública são apenas aqueles listados no *caput* do art. 37 da Carta Política de 1988.

III - Existem outros princípios constitucionais, previstos em leis específicas, que devem ser observados na Administração Pública Federal.

IV - Pode ser considerado como princípio constitucional da Administração Pública, implicitamente, o direito à motivação, previsto no inciso X, do art. 93 da Constituição Federal em vigor.

É(São) verdadeira(s) APENAS a(s) assertiva(s)

(A) I

(B) I e III

(C) I e IV

(D) II e III

(E) II e IV

11 ANP/TÉCNICO ADMINISTRATIVO GERAL – 2008 – CESGRANRIO Com quais princípios expressos a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada, em 1988?

(A) Legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

(B) Legalidade, publicidade, eficácia e impessoalidade.

(C) Publicidade, impessoalidade, moralidade e legalidade.

(D) Publicidade, moralidade, legalidade e eficiência.

(E) Moralidade, eficácia, impessoalidade e publicidade.

12 INEP/PESQUISADOR – 2008 – CESGRANRIO A condenável prática do nepotismo é exemplo de violação a princípios que norteiam a conduta dos agentes da Administração Pública, a exemplo do princípio da

(A) moralidade.

(B) publicidade.

(C) autotutela.

(D) hierarquia.

(E) continuidade dos serviços públicos.

13 INEP/PESQUISADOR – 2008 – CESGRANRIO O princípio administrativo que, sob uma de suas óticas, pode ser caracterizado pela igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica é o da

(A) eficiência.

(B) legalidade.

(C) impessoalidade.

(D) proporcionalidade.

(E) segurança jurídica.

14 BNDES/DIREITO – 2006 – CESGRANRIO A doutrina aponta como restrições excepcionais ao princípio da legalidade:

I - as normas contidas nas medidas provisórias;

II - o estado de defesa;

III - o estado de sítio.

Está(ão) correta(s):

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15 PGE - RJ/TÉCNICO SUPERIOR PROCURADORIA – 2009 – FCC De acordo com o princípio da legalidade, em matéria administrativa, a Administração apenas pode praticar os atos que sejam expressamente permitidos pela lei. A partir deste enunciado, conclui-se que

- (A) a observância de medidas provisórias, pela Administração, ofende o princípio da legalidade porque elas não são consideradas lei formal.
- (B) a Administração poderá praticar os atos permitidos pela lei e, em caso de omissão, estará legitimada a atuar se for habilitada a tanto por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (C) a prática de atos por razões de conveniência e oportunidade é violadora do princípio da legalidade, uma vez que o mérito do ato administrativo nestes casos não é definido em lei.
- (D) o controle de legalidade interno dos atos administrativos deve ser preocupação constante da Administração, como forma de atendimento do interesse público na preservação desta legalidade.
- (E) o reconhecimento de circunstâncias excepcionais, como estado de sítio e estado de defesa, autoriza a Administração a praticar atos discricionários e arbitrários, isentos de controle jurisdicional.

16 TCE – RR/PROCURADOR DE CONTAS – 2008 – FCC “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

O texto acima transcrito, do art. 37, §1o, da Constituição Federal é aplicação do princípio da

- (A) moralidade, pois determina que o conteúdo da informação publicitária não poderá atentar contra a moral e os bons costumes.
- (B) impessoalidade, pois desvincula a atuação da Administração de qualquer alusão pessoal à figura de um agente político.
- (C) publicidade, pois regula a veiculação da publicidade oficial e impede os abusos que possam ser cometidos em seu exercício.
- (D) eficiência, pois determina que haja o menor dispêndio possível relativo à publicidade oficial.
- (E) motivação, pois implica a realização de publicidade oficial que tenha estrita correlação com serviços públicos prestados pela Administração.

17 PROCURADOR JUDICIAL – PE – 2008 – FCC A definição de regime jurídico administrativo remete ao conjunto de

- (A) prerrogativas e sujeições conferidas à Administração Pública que lhe permitem escusar-se ao cumprimento do princípio da legalidade em prol da supremacia do interesse público.
- (B) prerrogativas conferidas à Administração Pública, das quais são exemplos o poder expropriatório, a autotutela, a observância da finalidade pública e o princípio da moralidade administrativa.
- (C) prerrogativas e sujeições conferidas à Administração Pública, que lhe permitem figurar, em alguns casos, em posição de supremacia em relação ao particular para atender o interesse público, e lhe obrigam a submeter-se a restrições em suas atividades.
- (D) sujeições às quais está obrigada a Administração Pública, das quais são exemplos a obrigatoriedade de lançar mão do poder expropriatório, de rescindir contratos administrativos e de impor medidas de polícia.
- (E) prerrogativas conferidas à Administração Pública para imposição de restrições aos administrados, em

relação aos quais goza de supremacia sempre que pretender o sacrifício do interesse privado.

18 PROCURADOR JUDICIAL – PE – 2008 – FCC A atuação da Administração Pública é informada por princípios, em relação aos quais se pode afirmar que

(A) os princípios aplicáveis são exclusivamente aqueles constantes do artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência.

(B) o princípio da legalidade é princípio fundamental, que somente pode ser excepcionado quando da utilização do poder discricionário.

(C) o princípio da legalidade é princípio fundamental, somente podendo ser excepcionado pela aplicação do princípio da supremacia do interesse público.

(D) o princípio da moralidade, embora constitucionalmente assegurado, traduz-se secundário, somente podendo ser aplicado concomitantemente com outro princípio.

(E) o princípio da eficiência destina-se a garantir o alcance dos melhores resultados na prestação do serviço público, mas não pode, para tanto, se sobrepor ao princípio da legalidade.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | D | 02 | C | 03 | C | 04 | E | 05 | E | 06 | C | 07 | A | 08 | A | 09 | A | 10 | E |
| 11 | C | 12 | A | 13 | C | 14 | E | 15 | D | 16 | B | 17 | C | 18 | E | | | | |

CAPÍTULO 4 – PODERES DA ADMINISTRAÇÃO

01 ANALISTA/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB A administração exerce o poder de polícia por meio de atos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto, compreendendo medidas preventivas e repressivas. A edição, pelo Estado, de atos normativos de alcance geral não pode ser considerada meio adequado para o exercício do poder de polícia.

02 AGENTE/MMA – 2009 – Cespe/UnB Uma das características do poder de polícia é a discricionariedade, que é a possibilidade que tem a administração de pôr em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

03 AGENTE/ABIN – 2008 – Cespe/UnB O poder de polícia do Estado pode ser delegado a particulares.

04 OFICIAL/ABIN – 2008 – Cespe/UnB O ato normativo do Poder Executivo que contenha uma parte que exorbite o exercício de poder regulamentar poderá ser anulado na sua integralidade pelo Congresso Nacional.

05 OFICIAL/ABIN – 2008 – Cespe/UnB Decorre do poder disciplinar do Estado a multa aplicada pelo poder concedente a uma concessionária do serviço público que tenha descumprido normas reguladoras impostas pelo poder concedente.

06 GESTOR/IBAMA – 2008 – Cespe/UnB A administração pública pode exercer o seu poder de polícia por meio de atos administrativos gerais, de caráter normativo, ou por meio de atos concretos, como o de sancionamento.

07 AFRFB – 2009 – ESAF São elementos nucleares do poder discricionário da administração pública, passíveis de valoração pelo agente público:

a) a conveniência e a oportunidade.

- b) a forma e a competência.
- c) o sujeito e a finalidade.
- d) a competência e o mérito.
- e) a finalidade e a forma.

08 ATRFB – 2009 – ESAF O poder hierárquico e o poder disciplinar, pela sua natureza, guardam entre si alguns pontos característicos comuns, que os diferenciam do poder de polícia, eis que

- a) a discricionariedade predominante nos dois primeiros fica ausente neste último, no qual predomina o poder vinculante.
- b) entre os dois primeiros pode haver implicações onerosas de ordem tributária, o que não pode decorrer deste último.
- c) o poder regulamentar predomina nas relações entre os dois primeiros, mas não é exercido neste último.
- d) os dois primeiros se inter-relacionam, no âmbito interno da Administração, enquanto este último alcança terceiros, fora de sua estrutura funcional.
- e) não existe interdependência funcional entre os dois primeiros, a qual é necessária neste último, quanto a quem o exerce e quem por ele é exercido.

09 SUSEP/AGENTE EXECUTIVO – 2006 – ESAF O poder de que dispõe a autoridade administrativa, para distribuir e escalonar funções de seu órgão público, estabelecendo uma relação de subordinação, com os servidores sob sua chefia, chama-se poder

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) discricionário.
- d) hierárquico.
- e) regulamentar.

10 ASSISTENTE TÉCNICO – MF – 2009 – ESAF Não se pode enumerar como poder da Administração:

- a) poder normativo.
- b) poder de polícia.
- c) poder hierárquico.
- d) poder independente.
- e) poder disciplinar.

11 AUDITOR DO TESOUREO MUNICIPAL-NATAL – 2008 – ESAF Marque a opção incorreta, quanto aos Poderes Administrativos.

- a) O poder regulamentar ou normativo é uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo.
- b) A Administração Pública, no uso do Poder disciplinar, apura infrações e aplica penalidades não só aos servidores públicos como às demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- c) A Administração Pública não pode, ao fazer uso do Poder de Polícia, restringir os direitos individuais dos cidadãos, sob pena de infringir a Constituição Federal.
- d) A organização administrativa é baseada em dois pressupostos fundamentais: a distribuição de competências e a hierarquia.
- e) O Poder de Polícia tanto pode ser discricionário como vinculado.

12 CGU – 2008 – ESAF Decorrente da presença do poder hierárquico na Administração, afigura-se a questão da competência administrativa e sua delegação. Sobre o tema é correto afirmar, exceto:

- a) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- b) um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- c) a edição de ato de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.
- d) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.
- e) o ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

13 DPE – SP/DEFENSOR PÚBLICO – 2009 – FCC Em relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa que apresenta ordem de idéias verdadeira.

- (A) O regulamento autônomo, sobre temática não prevista em lei, de autoria dos chefes do Executivo é válido e está dentro do âmbito do chamado Poder Regulamentar.
- (B) Caracterizam-se como atributos do poder de polícia discricionário o juízo de conveniência e oportunidade, a auto-executoriedade e a coercibilidade, obedecidos os requisitos da competência, objeto, forma, finalidade e motivo, bem assim os princípios da administração pública, consistentes na legalidade, moralidade, proporcionalidade e vinculação.
- (C) Normas gerais e abstratas editadas pela Administração Pública de forma independente ou autônoma em relação a regras gerais não são admitidas no Direito Administrativo brasileiro, ressalvadas situações excepcionais previstas necessariamente na Constituição Federal de 1988.
- (D) Normas gerais e abstratas editadas pela Administração Pública para a explicitação de conceitos legalmente previstos não são admitidas no Direito Administrativo brasileiro, haja vista a existência de matérias absolutamente reservadas à lei pela Constituição Federal de 1988.
- (E) São atribuições da Administração Pública, decorrentes exclusivamente do poder hierárquico, delegar atribuições, impor prestação de contas, controlar e avocar atividades dos órgãos subordinados, aplicar sanções disciplinares e editar atos regulamentares.

14 DPE – MT/DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO – 2009 – FCC Considere os dispositivos abaixo, extraídos do art. 84 da Constituição Federal, cujo *caput* é “Compete privativamente ao Presidente da República”:

- I. “iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição”.
- II. “sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução”.
- III. “vetar projetos de lei, total ou parcialmente”.

Há exemplo de poder regulamentar da Administração Pública em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | E | 02 | E | 03 | E | 04 | E | 05 | C | 06 | C | 07 | A | 08 | D | 09 | D | 10 | D |
| 11 | C | 12 | D | 13 | C | 14 | C | | | | | | | | | | | | |

CAPÍTULO 5 – DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

(TRE – ES - ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2011 - Cespe/Unb) Em 2000, João ingressou no serviço público federal como médico concursado de um hospital público. Desde 2008, João é o diretor desse hospital e, em 2010, ele foi aprovado em concurso e nomeado para o cargo de professor em uma universidade federal. Em virtude do grande volume de trabalho nos dois cargos, João sai, habitualmente, da universidade, durante as aulas, para atender chamados urgentes do hospital. Nos momentos em que se ausenta da universidade, João comunica a ausência a um colega professor, que, então, o substitui. A filha de João ocupa cargo de confiança, como sua assessora, na direção do hospital, o que o deixa à vontade para se ausentar do hospital com frequência, pois sabe que o deixa em boas mãos. Com referência à situação hipotética acima, e considerando as normas aplicáveis aos servidores públicos federais, julgue os próximos CINCO itens:

01 Eventual procedimento administrativo disciplinar para apurar as faltas de João ao hospital deve-se dar por procedimento sumário.

02 No concurso para professor, houve provimento originário.

03 João pode acumular os dois cargos públicos em questão.

04 João poderá sofrer sanção administrativa, nos âmbitos civil e penal, por manter sua filha sob sua chefia imediata.

05 João somente poderá perder o cargo público de médico em razão de sentença judicial transitada em julgado.

06 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB Se uma lei federal instituir e disciplinar, para os servidores públicos de determinado órgão, autarquia ou fundação pública federal, que não são remunerados por subsídio, prêmio de produtividade a ser custeado com recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes, a referida lei não será materialmente inconstitucional.

07 TCE-AC – 2009 – Cespe/UnB Com relação à administração pública e seus servidores, assinale a opção correta.

A) Ao servidor público civil é vedada a associação sindical.

B) O servidor público no exercício de mandato eletivo terá seu tempo de serviço contado para todos os fins, inclusive promoção por merecimento.

C) O servidor público investido no mandato de prefeito ficará afastado do cargo, emprego ou função, podendo, no entanto, optar por receber a respectiva remuneração.

D) Segundo a CF, os ocupantes de cargo público não têm direito a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

E) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, serão acrescidos de 20% da remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

08 ANALISTA/TRE-MA – 2009 – Cespe/UnB Considerando a forma como a administração pública, em todas as esferas de poder, está organizada, assinale a opção correta.

A) Os agentes políticos são assim chamados por exercerem um mandato, decorrente de processo eleitoral, mas, apesar disso, gozam das mesmas prerrogativas conferidas aos demais agentes públicos.

B) Mesmo que seja por um período previamente determinado, todos aqueles que exercerem uma função pública, independentemente de sua natureza, são considerados agentes públicos.

C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário possuem os denominados cargos em comissão em suas respectivas estruturas, os quais são os cargos escolhidos pelo chefe de cada Poder para serem de livre nomeação e exoneração.

D) A diferença mais visível entre cargo, emprego e função pública é que apenas o primeiro possui os atributos da vitaliciedade e da inamovibilidade.

E) Os cargos em comissão devem ser exercidos preferencialmente por servidores de carreira, nos casos, nas condições e nos percentuais mínimos previstos em lei.

09 ANALISTA/TRE-MA – 2009 – Cespe/UnB Não se exige a realização de concurso público para o exercício de função pública.

10 ANALISTA/TRE-MA – 2009 – Cespe/UnB Os empregados públicos são contratados sob regime da legislação trabalhista, aplicável com as alterações oriundas da CF, bem como mediante as derrogações promovidas pelos estados no âmbito das respectivas constituições estaduais.

11 TÉCNICO/TRE-MA – 2009 – Cespe/UnB Com base nas disposições contidas na CF relativas à administração pública, assinale a opção correta.

A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão da iniciativa privativa de cada poder para dispor a respeito da remuneração de seus servidores.

B) É proibida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias com vistas à remuneração de pessoal do serviço público.

C) A vedação de acumular dois cargos públicos não abrange empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

D) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, não havendo qualquer acessibilidade aos estrangeiros.

E) O prazo de validade de concurso público é de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

12 ANALISTA/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB O vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

13 ANALISTA/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB Como regra, a criação e a extinção de órgãos públicos não pode acontecer por decreto do chefe do Poder Executivo, mas apenas por lei.

14 ANALISTA/ANAC – 2009 – Cespe/UnB Diferentemente dos servidores estatutários e dos empregados públicos, os servidores temporários não são considerados servidores públicos.

15 ANALISTA/ANAC – 2009 – Cespe/UnB Os empregados públicos, pelo fato de serem contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, não se submetem às normas constitucionais referentes a requisitos para a investidura, acumulação de cargos e vencimentos, entre outros previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).

16 (SMF - FISCAL DE RENDAS – 2010 - Esaf) Assinale a opção na qual não consta direito assegurado expressamente pela Constituição Federal a servidor ocupante de cargo público.

a) Décimo terceiro salário.

b) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

c) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

d) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

e) Salário mínimo.

17 (CVM – AGENTE EXECUTIVO – 2010 - Esaf) São regras de direito público que obrigam às empresas estatais federais a despeito de sua natureza jurídica de direito privado, exceto:

- a) contratação de empregados por meio de concurso público.
- b) submissão aos princípios gerais da Administração Pública.
- c) proibição de demissão dos seus empregados em razão da estabilidade que lhes protege.
- d) autorização legal para sua instituição.
- e) sujeição à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

18 (CVM – AGENTE EXECUTIVO – 2010 - Esaf) Assinale a opção que contemple regras aplicáveis tanto às pessoas jurídicas de direito público, quanto às pessoas jurídicas de direito privado pertencentes à Administração Pública, independentemente de seu objeto social.

- a) Regime jurídico único para os seus servidores.
- b) Inalienabilidade e impenhorabilidade de seus bens.
- c) Prerrogativas processuais e de foro.
- d) Concurso público e licitação.
- e) Responsabilização pela teoria objetiva.

19 ATRFB – 2009 – ESAF Entre os direitos assegurados aos servidores públicos, inclui-se o de greve, nos limites da legislação específica, conforme art. 37/ VII da Constituição, mas o Supremo Tribunal Federal, recentemente, firmou entendimento, que hoje predomina, no sentido de que,

- a) o servidor público não poderá fazer greve, enquanto não for editada a lei específica, regulando o seu exercício.
- b) os servidores públicos em geral são também regidos pela Lei n. 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, pelos trabalhadores.
- c) os servidores pertencentes às carreiras de Estado, inclusive as de exação tributária, estão incluídos entre os alçados pelo pleno direito de greve, independente de qualquer regulamentação.
- d) as atividades desenvolvidas pela polícia civil são análogas, para esse efeito, às dos militares, aos quais é expressamente vedada a greve.
- e) o direito de greve não se aplica aos servidores públicos, regidos pela Lei n. 8.112/90.

20 ATRFB – 2009 – ESAF Na Administração Pública Federal, entre outros princípios estabelecidos na Constituição (Título III, Capítulo VII, art. 37), vigora o de que

- a) só por lei específica poderá ser criada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, o serviço social autônomo e subsidiárias daquelas entidades.
- b) é vedada a acumulação de todo e quaisquer cargos, empregos e funções públicas, bem como de subsídios e vencimentos com proventos de inatividade.
- c) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- d) são nulas as contratações de compras, obras e serviços feitas sem licitação pública.
- e) a investidura em cargos públicos, efetivos ou comissionados, depende de prévia aprovação em concurso.

21 ANA – 2009 – ESAF Assinale a opção correta relativa a Administração Pública na Constituição Federal de 1988.

- a) A Constituição Federal não proíbe a nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- b) Em obediência ao princípio da publicidade, instituição financeira não pode invocar sigilo bancário para negar ao Ministério Público informações e documentos sobre nomes de beneficiários de empréstimos concedidos com recursos subsidiados pelo erário, em se tratando de requisição para instruir procedimento administrativo instaurado em defesa do patrimônio público.
- c) A lei que posteriormente é declarada inconstitucional perece mesmo antes de nascer, por isso, os efeitos eventualmente por ela produzidos não podem incorporar-se ao patrimônio dos administrados, ainda que se considere o princípio da boa-fé.
- d) Antes do provimento do cargo, o candidato tem mera expectativa de direito a nomeação ou, se for o caso, a participação na segunda etapa do processo seletivo, mas a Administração Pública não pode, enquanto não concluído e homologado o concurso público, alterar as condições do certame constantes do respectivo edital, para adaptá-las a nova legislação aplicável a espécie.
- e) Os bens e o interesse público são indisponíveis, porque pertencem a coletividade. O Administrador é mero gestor da coisa pública e não tem disponibilidade sobre os interesses confiados a sua guarda e realização em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, que não pode ser atenuado.

22 AFC-STN – 2008 – ESAF Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, pode-se afirmar corretamente:

- a) a investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- b) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- c) são condições para a aquisição da estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público: dois anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade.
- d) adquirida a estabilidade, o servidor público passa a ter direito adquirido ao regime estatutário a que está submetido, diferentemente do que ocorre com as relações contratuais trabalhistas.
- e) o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

23 CGU – 2008 – ESAF Considere as seguintes assertivas a respeito dos servidores da Administração Pública, nos termos da Constituição:

- I. os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- II. o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- III. é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.
- IV. a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Assinale a opção correta.

- a) II e IV são verdadeiras.
- b) II e III são falsas.
- c) I e III são verdadeiras.
- d) III e IV são falsas.
- e) I e II são verdadeiras.

24 PROCURADORIA GERAL-DF – 2007 – ESAF No tocante aos Agentes e Servidores Públicos está incorreta a assertiva de que:

- a) os particulares que atuam em colaboração (por delegação, requisição, etc.) com o Poder Público não se inserem no conceito de Servidores Públicos.
- b) o art. 38 da Constituição Federal estabelece que o tempo de serviço do servidor público da administração direta autárquica e fundacional, em qualquer caso que exija o seu afastamento para o exercício de mandato eletivo, será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- c) o art. 40 da CF expressamente veda à lei o estabelecimento de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- d) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento de servidor público para o exercício de mandato eletivo, os valores serão determinados como se em exercício estivesse.
- e) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao §1º, III, “a” do art. 40 da CF, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino superior, médio e fundamental.

25 TCU – 2006 – ESAF Pela regra do teto remuneratório, ficou estabelecido que, nos Estados-federados, o limite de remuneração no âmbito do Poder Judiciário é o subsídio dos desembargadores. Esse mesmo teto, conforme a integridade da norma constitucional, abrange, ademais dos membros do Ministério Público, a(s) categoria(s) de:

- a) procuradores e defensores públicos.
- b) procuradores e auditores fiscais.
- c) somente defensores públicos.
- d) somente procuradores.
- e) procuradores e delegados de polícia.

26 AFC CGU – 2008 – ESAF Servidor Público não estável responde a processo administrativo disciplinar, ao final do qual é demitido. Um ano após a demissão, o ex-servidor consegue ver anulado o ato administrativo que o demitiu. Feitas tais considerações, assinale a opção correta.

- a) A anulação da demissão gera para o servidor a reintegração imediata ao cargo ocupado.
- b) O servidor não possui direito a retornar ao cargo antes ocupado por não ser estável quando foi demitido.
- c) Em face dos efeitos produzidos pelo ato administrativo anulado, o servidor tem o direito de retornar ao cargo de origem.
- d) Haverá reintegração desde que o servidor tenha completado tempo suficiente para a aquisição da estabilidade quando a demissão foi anulada.
- e) A reintegração será possível desde que, embora ainda não estável, o servidor já tenha cumprido o estágio probatório.

27 MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 2009 – ESAF Marque a opção incorreta quanto à contratação por tempo determinado, nos termos da Lei n. 8.745/93.

- a) A contratação, para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, prescindirá de processo seletivo.
- b) Não haverá pagamento de indenização, quando o contrato firmado extinguir-se por iniciativa do contratado.
- c) As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado serão apuradas mediante sindicância.
- d) Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público as atividades finalísticas do Hospital das Forças Armadas.
- e) O tempo de serviço prestado não será contado para fins de aposentadoria.

28 INEA/DIREITO – 2007 – CESGRANRIO Acerca das regras de investidura em cargo ou emprego público previstas na Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- I - é vedada a investidura de estrangeiros em empregos públicos;
- II - o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- III - a obrigatoriedade de realização de concurso público não é extensível às empresas públicas e sociedades de economia mista;
- IV - a investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação.

Estão corretas as afirmações

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

29 DNPM/APOIO ADMINISTRATIVO – 2006 – CESGRANRIO Será permitido ao Servidor de uma Autarquia Federal exercer mandato eletivo e, havendo compatibilidade de horário, perceber as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se for investido no mandato de:

- (A) Prefeito.
- (B) Vereador.
- (C) Deputado Estadual.
- (D) Deputado Federal.
- (E) Senador.

30 TJ – PA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – 2009 – FCC Quanto a Administração Pública, considere as assertivas abaixo.

- I. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- II. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- III. É garantida, em qualquer hipótese, a vinculação e a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- IV. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidores públicos civis ativos ou inativos, inclusive o estatutário, serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- V. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

31 PGE - RJ/TÉCNICO SUPERIOR PROCURADORIA – 2009 – FCC São direitos comuns aos trabalhadores urbanos e aos servidores públicos:

- (A) duração do trabalho normal não superior a oito horas, décimo terceiro salário com base na remuneração integral e fundo de garantia do tempo de serviço.
- (B) irredutibilidade de salário, piso salarial e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (C) repouso semanal remunerado, remuneração do serviço extraordinário e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (D) irredutibilidade de salário, licença-gestante e o gozo de férias anuais remuneradas.
- (E) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, seguro-desemprego e adicional de remuneração para as atividades penosas insalubres.

32 MPE - PE/PROMOTOR – 2008 – FCC No que diz respeito aos servidores públicos é INCORRETO afirmar, tecnicamente, que os

- (A) empregados públicos da Administração direta e indireta, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, titulares de emprego público, recebem salário como remuneração.
- (B) detentores de mandato eletivo e os chefes do Executivo recebem subsídio, constituído de parcela única, a título de remuneração.
- (C) servidores, pelo exercício de cargo público, recebem vencimentos, como espécie de remuneração, e correspondem à soma do vencimento e das vantagens pecuniárias.
- (D) agentes políticos, a exemplo dos membros do Ministério Público e dos Juízes de Direito, recebem vencimentos a título de retribuição pecuniária.
- (E) os Conselheiros dos Tribunais de Contas recebem subsídio, visto como uma modalidade do sistema remuneratório constitucional.

33 PROCURADOR JUDICIAL – PE – 2008 – FCC A declaração de extinção de cargo ocupado por servidor estável gera em favor daquele, direito a

- (A) reintegração ao cargo imediatamente superior ao seu, mantida a remuneração anterior.
- (B) afastamento remunerado, fazendo jus às vantagens do cargo e computando-se o tempo de afastamento para todos os efeitos legais.
- (C) disponibilidade, representando garantia de inatividade remunerada, ainda que proporcional ao tempo de serviço.
- (D) disponibilidade, computando-se o tempo de serviço para todos os efeitos legais, mas vedada a remuneração pelo período que perdurar o afastamento.
- (E) aposentadoria com proventos integrais no cargo imediatamente superior ao seu, ainda que contasse com tempo de serviço para recebê-los proporcionais.

34 AGENTE CVM – 2008 – NCE UFRJ

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Outro princípio a ser também obedecido é:

- (A) os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira ou profissional;
- (B) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e, no caso de estrangeiros, apenas aos nascidos em Portugal;
- (C) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável por igual período;
- (D) o prazo de validade do concurso público será de até

dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
 (E) a lei reservará 12% (doze por cento) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

35 AGENTE CVM – 2008 – NCE UFRJ

A fixação dos padrões dos componentes do sistema remuneratório deverá observar:

- (A) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- (B) a natureza e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira ou cargo isolado;
- (C) requisitos para a investidura a serem definidos pela autoridade maior envolvida na fixação objeto de presente artigo;
- (D) requisitos para a investidura a serem definidos anualmente por comissão indicada pelo Presidente da República;
- (E) as peculiaridades dos cargos, excluindo-se os cargos a serem definidos em lei.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | C | 02 | C | 03 | C | 04 | C | 05 | E | 06 | C | 07 | C | 08 | B | 09 | C | 10 | E |
| 11 | B | 12 | E | 13 | C | 14 | E | 15 | E | 16 | C | 17 | C | 18 | D | 19 | D | 20 | C |
| 21 | B | 22 | B | 23 | A | 24 | E | 25 | A | 26 | C | 27 | E | 28 | C | 29 | B | 30 | A |
| 31 | D | 32 | D | 33 | C | 34 | D | 35 | A | | | | | | | | | | |

CAPÍTULO 6 – RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR

01 TRF 2ª – ANALISTA JUDICIÁRIO – 2007 – FCC Considere as seguintes assertivas a respeito das responsabilidades:

- I. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- II. Não há responsabilidade civil decorrente de ato omissivo culposo, independentemente de resultar em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- III. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

De acordo com a Lei no 8.112/90, está correto o que consta

APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 01 | D | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

CAPÍTULO 7 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

01 ANALISTA/TRE-GO – 2009 – Cespe/UnB Um caminhão trafegava por uma rodovia mantida pela União quando sofreu um acidente com capotagem. A velocidade empreendida pelo motorista era a permitida, e a capotagem foi causada pelos bruscos movimentos realizados para desviar de uma série de buracos presentes na pista. O acidente danificou o caminhão e gerou a perda de toda a carga. Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- A) Houve culpa exclusiva da vítima.
- B) Está presente o caso fortuito.
- C) A responsabilização do Estado ocorrerá na forma subjetiva.
- D) No caso presente, a identificação do agente público causador do dano é de fácil identificação, o que possibilita ao Estado valer-se de ação regressiva, caso seja obrigado a indenizar a vítima.

MPE-RR/CONTADOR – 2008 – Cespe/UnB Determinada autarquia do Estado, cuja finalidade é recuperar estradas em más condições de uso, realizava obras em trecho movimentado da rodovia, sendo obrigada a interditar uma das pistas. Em razão da má sinalização existente nas proximidades da obra, um motorista alegou que o acidente com seu veículo foi causado pela imprudência dos responsáveis pela obra e decidiu ingressar com ação de reparação de danos junto ao Poder Judiciário. Com base nessa situação hipotética, julgue os DOIS itens a seguir, sobre a responsabilidade civil do Estado.

02 No caso descrito, o condutor deverá, obrigatoriamente, demonstrar que o acidente ocorreu por culpa ou dolo da autarquia.

03 Caso o Estado venha a ser condenado pelos danos causados ao motorista, terá direito de regresso contra os servidores responsáveis, se restar demonstrado que eles agiram com dolo ou culpa.

04 PGE-PB – 2008 – Cespe/UnB A obrigação do Estado de indenizar o particular independe de culpa da administração, visto que a responsabilidade é objetiva. O agente público causador do dano deverá ressarcir a administração, desde que comprovada a existência de culpa ou dolo do agente. Com relação aos efeitos da ação regressiva do Estado contra o agente público, julgue os seguintes itens.

I - Os efeitos da ação regressiva transmitem-se aos herdeiros e sucessores do agente público culpado, respeitado o limite do valor do patrimônio transferido.

II - A ação regressiva pode ser movida mesmo após terminado o vínculo entre o agente e a administração pública.

III - A ação por meio da qual o Estado requer ressarcimento aos cofres públicos de prejuízo causado por agente público considerado culpado prescreve em 5 anos.

IV - A orientação dominante na jurisprudência e na doutrina é de ser cabível, em casos de reparação do dano, a denúncia da lide pela administração a seus agentes.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

05 PGM-NATAL/ASSESSOR – 2008 – Cespe/UnB Segundo o art. 37, § 6.º, da CF, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Considerando o disposto na CF, bem como o entendimento da doutrina dominante acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A) Com base no dispositivo constitucional citado, é correto afirmar que o Brasil adota a teoria do risco integral.
- B) O dano causado por sociedade de economia mista prescreve em vinte anos.
- C) A responsabilidade civil do Estado, no Brasil, dispensa a comprovação de culpa ou nexo causal entre ação e resultado.
- D) Para que o Estado seja responsabilizado por atos praticados por seus servidores, é imprescindível que reste demonstrada a culpa *in eligendo* de seus prepostos.

06 BNDES/ADMINISTRAÇÃO – 2008 – CESGRANRIO A respeito da responsabilidade civil da Administração, a jurisprudência e a melhor doutrina pátria reconhecem, com amparo na atual disciplina constitucional e legal da matéria, que o Brasil adota a teoria:

- (A) subjetiva da culpa.
- (B) do risco administrativo.
- (C) do risco integral.
- (D) da culpa administrativa.
- (E) da culpa civil comum.

07 INEP/TÉCNICO – 2008 – CESGRANRIO José, no exercício de suas funções de servidor público federal, irritou-se com o toque estridente do aparelho celular de Mário, enquanto este aguardava atendimento na repartição pública. Com o intuito de interromper o alto som da campainha, José arremessa o aparelho de Mário ao chão, danificando-o permanentemente. Nesse caso,

- (A) Mário não poderá exigir indenização da Administração Pública, pois teve culpa ao descumprir o dever de silêncio na repartição.
- (B) José está isento de culpa, por encontrar-se no exercício de suas funções públicas.
- (C) o reconhecimento da culpa de José, pela Administração Pública, é condição para que Mário seja indenizado.
- (D) a Administração Pública não poderá ser responsabilizada pelo dano, tampouco José, pessoalmente.
- (E) se a Administração for condenada a indenizar Mário, caberá ação regressiva contra José.

08 DPE – SP/DEFENSOR PÚBLICO – 2007 – FCC Tratando-se de responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Empresas públicas podem se sujeitar à responsabilidade objetiva ou subjetiva, dependendo de seu objeto social.
- (B) A teoria francesa da *faute du service* é enquadrada como hipótese de responsabilidade objetiva.
- (C) Pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública, podem se sujeitar à responsabilidade objetiva.
- (D) A responsabilidade do Estado por omissão caracteriza-se como de natureza subjetiva.
- (E) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

09 DPE – SP/DEFENSOR PÚBLICO – 2006 – FCC “O dano cometido pela concessionária de serviço público a seus usuários é capaz de gerar a responsabilidade da concessionária e, em caráter , a responsabilidade do ente público concedente.”

Para que esta afirmação seja correta, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por

- (A) objetiva, subsidiário, subjetiva.

- (B) subjetiva, solidário, objetiva.
 (C) subjetiva, subsidiário, subjetiva.
 (D) objetiva, subsidiário, objetiva.
 (E) objetiva, solidário, objetiva.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|
| 01 | C | 02 | E | 03 | C | 04 | A | 05 | B | 06 | B | 07 | E | 08 | B | 09 | D | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|

CAPÍTULO 8 – PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

01 TCE-ES – 2009 – Cespe/UnB A respeito do regime previdenciário, assinale a opção correta.

A - O servidor público, por ter regime próprio de previdência social, terá direito, em qualquer hipótese, à aposentadoria por invalidez, com proventos integrais.

B - Servidor público detentor de cargo efetivo, com regime próprio de previdência social, que vier a ser beneficiado por uma licença sem remuneração, conforme a legislação de regência, poderá se inscrever no RGPS, como contribuinte facultativo, embora a CF tenha dispositivo que vede, de maneira geral, essa filiação ao RGPS.

C - O benefício de pensão por morte, a partir do advento da Emenda Constitucional n.º 41/2003, no âmbito do regime próprio de previdência social, deve corresponder à totalidade da remuneração do falecido.

D - Servidor público detentor de cargo efetivo, com regime próprio de previdência social, que seja também professor de escola privada não deverá contribuir para o RGPS.

E - Suponha que determinado servidor público que possua regime próprio de previdência social venha a ser demitido do serviço público quando já possuía todos os requisitos para se aposentar. Nessa situação, o tempo de contribuição no regime próprio não poderá ser utilizado para lograr um benefício previdenciário do RGPS.

02 AFC 2002 – ESAF

O servidor do sexo masculino, que seja titular de cargo público federal de provimento efetivo, não sendo professor nem magistrado, cuja investidura ocorreu a partir do ano de 1999, já na vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, tem direito à aposentadoria, com proventos integrais, desde que

- por causa de qualquer invalidez permanente.
- atinja a idade limite de 70 anos.
- complete 35 anos de contribuição.
- complete 60 anos de idade, com 35 anos de contribuição.
- complete 65 anos de idade, com 30 anos de contribuição.

Julgue a assertiva abaixo e assinale a opção correspondente.

03 ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTOR GOVERNAMENTAL/MPOG – 2002 - ESAF

Em relação ao regime previdenciário no serviço público, é correto afirmar:

- o servidor ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão pode se aposentar pelo regime especial previdenciário, desde que comprove o respectivo tempo de contribuição.
- no regime especial de previdência do servidor público é possível que a aposentadoria se dê por critérios diferenciados, desde que a atividade exercida prejudique a saúde, nos termos de lei complementar.
- o tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado, reciprocamente, para efeito de aposentadoria.

- d) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos para os professores que comprovem efetivo exercício em qualquer grau do magistério.
- e) a aposentadoria compulsória, que se dá aos setenta anos de idade, no regime especial, proporciona proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.

04 AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TCE/SP – 2005 - FCC

Relativamente ao regime previdenciário dos servidores públicos, é INCORRETO afirmar que

- a) exclusivamente o tempo de contribuição federal será contado para efeito de aposentadoria
- b) os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a mesma.
- c) O titular de cargo de provimento efetivo será aposentado compulsoriamente aos setenta anos de idade.
- d) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- e) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime da previdência previsto no art. 40 da mesma.

05 TÉCNICO DE ARRECADAÇÃO/AM – 2005 – NCE/UFRJ

Sobre as normas constitucionais relativas aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A aposentadoria compulsória ocorrerá aos setenta anos para o homem e sessenta e cinco para as mulheres.
- II. A aposentadoria compulsória será com proventos integrais.
- III. A aposentadoria por invalidez decorrente de acidente em serviço será com proventos integrais.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

06 ANTT – 2005 – NCE/UFRJ

Em relação à aposentadoria do servidor público, analise as afirmativas a seguir:

- I - O servidor público deve ser aposentado compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- II - Denomina-se reversão o retorno ao serviço ativo do servidor aposentado quando cessam as causas que deram origem a sua aposentadoria.
- III - A aposentadoria do servidor público pode ser cassada em razão da prática de infração disciplinar grave, ainda no serviço ativo.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A) I e II;
- B) I e III;
- C) II e III;

- D) todas são verdadeiras;
E) todas são falsas.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 01 | B | 02 | D | 03 | B | 04 | A | 05 | C | 06 | C | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|

CAPÍTULO 9 – ESTATUTO FEDERAL

01 (STM - NÍVEL SUPERIOR – 2011 - Cespe/Unb) Considere a seguinte situação hipotética. Paulo tomou posse, pela primeira vez, em cargo efetivo no âmbito da administração pública direta da União, em fevereiro de 2008, e, em março de 2010, requereu a concessão de afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no Brasil. Nessa situação, Paulo poderá ser afastado sem perda de remuneração.

02 (STM - NÍVEL SUPERIOR – 2011 - Cespe/Unb) Considere a seguinte situação hipotética. João, servidor público estável e detentor de cargo efetivo, aposentou-se voluntariamente em 5/10/2006, quando tinha 68 anos de idade, e, em 10/6/2009, requereu a sua reversão a cargo vago no serviço público, visto que era estável e sua aposentadoria havia ocorrido nos últimos cinco anos. Nessa situação hipotética, João não poderá retornar à atividade no interesse da administração.

03 (TRE – ES - TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2011 - Cespe/Unb) O gozo de férias do servidor pode ser interrompido, entre outros motivos, por convocação de júri, serviço eleitoral ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que o servidor desempenhe suas funções.

04 (TRE – ES - TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2011 - Cespe/Unb) Ainda que interinamente, é vedado ao servidor público exercer mais de um cargo em comissão.

05 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) A vacância do cargo público decorre de: exoneração, demissão, promoção, ascensão, transferência, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.

06 (ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO – 2010 – Cespe/Unb) O servidor público removido de ofício, no interesse da administração, pode alegar a garantia da inamovibilidade para permanecer no local onde exerce suas funções.

07 (ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO – 2010 – Cespe/Unb) Afasta-se a responsabilidade penal do servidor público que pratique fato previsto, na legislação, como contravenção penal, dada a baixa lesividade da conduta, subsistindo a responsabilidade civil e administrativa.

08 (AGU – PROCURADOR – 2010 - Cespe/Unb) Carlos, servidor público federal desde abril de 2000, jamais gozou o benefício da licença para capacitação. Nessa situação, considerando-se que ele faz jus ao gozo desse benefício por três meses, a cada quinquênio, Carlos poderá gozar dois períodos dessa licença a partir de abril de 2010.

09 (ANEEL - ESPECIALISTA E ANALISTA – 2010 - Cespe/Unb) Paulo, em função da reintegração de um colega, será reconduzido ao cargo que anteriormente ocupava, cabendo-lhe devolver ao erário os emolumentos percebidos no período. Nessa situação, caso Paulo não faça a devolução dos referidos emolumentos no prazo de noventa dias, ele estará sujeito à suspensão e ao pagamento de multa diária.

10 (TRE-BA - ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2010 - Cespe/Unb) As diárias são devidas ao servidor que se ausenta a serviço da sede da repartição para outro ponto do território nacional em caráter eventual ou transitório. Se o deslocamento em caráter eventual ou transitório se der para o exterior, o servidor fará jus ao recebimento de ajuda de custo.

11 (TRE-BA - ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2010 - Cespe/Unb) É proibido ao servidor retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da sua repartição.

12 (TRE-BA - ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2010 - Cespe/Unb) O servidor em gozo de licença para tratamento de assuntos particulares pode participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, bem como exercer o comércio.

13 TRF 1ª Região – JUIZ FEDERAL – 2009 – Cespe/UnB Com base na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

A) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

B) O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício é de trinta dias, contados da data da posse.

C) Na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor sujeito à readaptação será aposentado.

D) Recondução é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

E) Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

14 POLÍCIA FEDERAL – AGENTE – 2009 – Cespe/UnB O vencimento, a remuneração e o provento não podem ser objeto de penhora, exceto no caso de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

15 INMETRO/RECURSOS HUMANOS – 2009 – Cespe/UnB As faltas do servidor, mesmo que justificadas, não podem ser consideradas como efetivo exercício.

16 INMETRO/RECURSOS HUMANOS – 2009 – Cespe/UnB A indenização referente a danos causados pelo servidor à administração deve ser feita em parcelas cujo valor não exceda a 10% da remuneração ou do provento.

17 INMETRO/RECURSOS HUMANOS – 2009 – Cespe/UnB É possível a concessão de ajuda de custo a servidor público, concursado ou não.

18 INMETRO/RECURSOS HUMANOS – 2009 – Cespe/UnB Para acompanhar o cônjuge ou companheiro, para o serviço militar, para atividade política, para capacitação profissional e para tratar de interesses particulares, o servidor deve gozar de licença sem remuneração.

19 INMETRO/RECURSOS HUMANOS – 2009 – Cespe/UnB Considere que João, servidor estatutário, desejando realizar sua primeira graduação em curso que existe apenas em horário que

colide com o do seu trabalho, continue exercendo seu cargo, compensando o horário que não esteja na repartição pública. Nesse caso, cabe ao chefe de João, discricionariamente, conceder ou não, o horário especial ao servidor estudante.

20 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB Enquanto a função de confiança deve ser exercida exclusivamente por servidor público efetivo, o cargo em comissão pode ser ocupado também por agente público não concursado, desde que destinado apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

21 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB Em conformidade com a jurisprudência do STF, a simples aprovação em concurso público, ainda que fora do número de vagas, gera, para o habilitado, direito adquirido à nomeação.

22 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB A posse em cargo público, que poderá ser realizada mediante procuração específica, terá de ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, enquanto o prazo para o servidor entrar em exercício será de quinze dias, contados da referida posse.

23 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe o prazo prescricional, até a decisão final proferida por autoridade competente.

24 (SUSEP - ANALISTA TÉCNICO – 2010 - Esaf) O Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais, em consonância com jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal Federal, não mais admite a seguinte forma de provimento derivado de cargos públicos:

- a) ascensão funcional.
- b) aproveitamento.
- c) reintegração.
- d) readaptação.
- e) reversão.

25 (SUSEP - ANALISTA TÉCNICO – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - 2010 - Esaf) Segundo a Lei n. 8.112/1990, caracterizam deveres do servidor, exceto:

- a) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- b) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- c) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente informais.
- d) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.
- e) manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

26 (CVM – ANALISTA - RECURSOS HUMANOS – 2010 - Esaf) O regime jurídico da Lei n. 8.112/90 é aplicável aos servidores:

- a) de autarquia federal.
- b) de órgão integrante da administração pública direta estadual.
- c) de empresa pública.
- d) de sociedade de economia mista.
- e) de entidade da administração pública indireta que desenvolva atividade econômica.

27 (CVM – ANALISTA - RECURSOS HUMANOS – 2010 - Esaf) Tendo em vista o disposto na Lei n. 8.112/90, é correto afirmar que o servidor não estável, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, será:

- a) demitido.
- b) exonerado de ofício.
- c) aproveitado em outro cargo com atribuições de menor complexidade.
- d) posto em disponibilidade.
- e) removido.

28 (CVM – ANALISTA - RECURSOS HUMANOS – 2010 - Esaf) Considerando o disposto na Lei n. 8.112/90, assinale a opção correta.

- a) É permitida a participação de servidor público nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.
- b) O exercício de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, é vedado ao servidor e punível com a penalidade de suspensão.
- c) Durante o gozo de licença para tratar de interesses particulares, fica o servidor dispensado do cumprimento da legislação sobre conflito de interesses. Assim, em gozo dessa licença, é lícito ao servidor participar irrestritamente de gerência ou administração de sociedade privada.
- d) Ao servidor é proibido atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando para defender interesses de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- e) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por insuficiência de provas.

29 (CVM – ANALISTA - RECURSOS HUMANOS – 2010 - Esaf) Analise os itens a seguir e marque com V se a assertiva for verdadeira e com F se for falsa, de acordo com o regime disciplinar da Lei n. 8.112/90.

Ao final, assinale a opção correspondente.

- () Caso infração funcional punível com demissão tenha sido cometida por servidor inativo antes de sua aposentadoria, enquanto estava na atividade, a penalidade aplicável ao infrator será a cassação de aposentadoria.
- () A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- () A penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- () Quando a conduta do servidor for punível com advertência ou suspensão, poderá a penalidade ser relevada caso o servidor infrator opte por firmar termo de ajustamento de conduta perante a Comissão de processo administrativo disciplinar.

- a) V, V, V, F
- b) F, F, F, V
- c) V, V, V, V
- d) V, F, F, V
- e) V, V, F, F

30 (CVM – ANALISTA - RECURSOS HUMANOS – 2010 - Esaf) Em outubro de 2009, servidor de órgão público federal praticou um ato irregular. Foi designada Comissão de processo administrativo disciplinar em novembro de 2009, para concluir seus trabalhos no prazo de sessenta dias, e, posteriormente, houve prorrogação dos prazos para conclusão dos trabalhos, por igual período. Em fevereiro de 2010, a comissão concluiu a apuração, mediante relatório que sugere a aplicação da penalidade de advertência, em perfeita consonância com as provas produzidas. A autoridade administrativa competente para julgamento proferirá decisão em janeiro de 2011. À luz do disposto na

Lei n. 8.112/90, assinale a medida que poderá ser determinada pela autoridade julgadora, em face da conduta do servidor infrator.

- a) Aplicação da penalidade de advertência.
- b) Conversão da advertência em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) do vencimento ou remuneração mensal.
- c) Registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
- d) Aplicação da penalidade de censura.
- e) Declaração de nulidade do processo por extrapolação de prazo para julgamento.

31 AFRFB – 2009 – ESAF Relacione as formas de provimento de cargo público, previstas no art. 8º da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, às suas respectivas características. Ao final, assinale a opção correspondente.

- 1. nomeação
- 2. promoção
- 3. readaptação
- 4. reintegração
- 5. recondução

() é caracterizada pelo retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo ou quando o anterior ocupante é reintegrado.

() é o ato administrativo que materializa o provimento originário. Pode-se dar em comissão ou em caráter efetivo, dependendo, neste último caso, de prévia habilitação em concurso público de provas ou de

provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

() é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

() é caracterizada pelo retorno do servidor estável a seu cargo anteriormente ocupado, ou cargo resultante de sua transformação, após ter sido invalidada sua demissão, com ressarcimento de todas as vantagens.

() é a forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

- a) 1, 2, 3, 4, 5
- b) 2, 3, 5, 1, 4
- c) 5, 1, 3, 4, 2
- d) 3, 4, 2, 1, 5
- e) 4, 1, 5, 3, 2

32 SUSEP/ANALISTA TÉCNICO – 2006 – ESAF Ao servidor público federal, regido pelo regime jurídico da Lei n. 8.112/90, conta-se para todos os efeitos o tempo inteiro, em que o servidor esteve afastado de licença,

- a) para desempenhar mandato classista.
- b) até 30 dias, por motivo de doença profissional.
- c) para tratar de interesses particulares.
- d) por motivo de afastamento do cônjuge.
- e) para atividade política, entre a sua escolha na convenção e a véspera da sua candidatura na Justiça Eleitoral.

33 ANA – 2009 – ESAF São hipóteses de demissão de servidor regido pela Lei n. 8.112/90:

- I. agressão física a um colega de trabalho, no ambiente interno da repartição, sem um motivo justo;
- II. enriquecimento ilícito no exercício da função;

- III. compelir ou aliciar outro servidor a filiar-se a sindicato ou a partido político;
- IV. divulgar informação obtida em razão do cargo mas que deveria permanecer em segredo;
- V. praticar agiotagem no âmbito da repartição.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- b) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas II e IV.
- e) apenas as afirmativas I e II.

34 ANA – 2009 – ESAF Um servidor público federal estável foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado com a decisão, ajuizou uma ação em que requereu a anulação da decisão administrativa. Ao final de seu processamento, o servidor obteve decisão transitada em julgado favorável a seu pedido. Nos termos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a fim de que o servidor retorne a seu cargo de origem, ainda existente, a decisão judicial deveria ter determinado sua

- a) readaptação.
- b) reintegração.
- c) reversão.
- d) recondução.
- e) disponibilidade.

35 ASSISTENTE TÉCNICO – MF – 2009 – ESAF É vedado(a) ao servidor público, exceto:

- a) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder quando cometidos por sua autoridade superior.
- b) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- c) a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- d) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- e) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

36 ASSISTENTE TÉCNICO – MF – 2009 – ESAF Acerca do provimento de cargos públicos federais, regulado pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale a opção incorreta.

- a) São requisitos básicos para a investidura em cargo público, entre outros, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos e a idade mínima de dezoito anos.
- b) A posse em cargo público é ato pessoal e intransferível, sendo proibida a sua realização mediante procuração.
- c) A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, sob pena de ser o ato tornado sem efeito.
- d) Os concursos públicos podem ter validade de até 2 (dois) anos, possível uma única prorrogação, por igual período.
- e) A contar da posse em cargo público, o servidor tem o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em exercício.

37 MPOG – 2008 – ESAF Assinale a opção incorreta, nos termos da Constituição Federal de 1988, o que ocorre caso seja invalidada, por sentença judicial, a demissão de servidor estável.

- a) Será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem.
- b) O servidor estável, quando posto em disponibilidade em virtude de extinção do cargo, após ser reintegrado, perceberá remuneração até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

- c) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade.
- d) O eventual ocupante da vaga, ao ser reconduzido ao cargo de origem, faz jus à indenização, visto que não agiu de má-fé.
- e) A aquisição da estabilidade exige lapso temporal de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho de forma obrigatória.

38 MPOG – 2008 – ESAF Em se tratando do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, analise os itens a seguir e marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando ao final a opção correspondente:

- () readaptação é o retorno à atividade de servidor aposentado;
 - () ao servidor é proibido recusar fé a documentos públicos;
 - () a obrigação do servidor público de reparar o dano causado a terceiros estende-se aos sucessores;
 - () é modalidade de penalidade disciplinar a cassação de aposentadoria.
- a) F, V, V, V
 - b) V, F, F, V
 - c) V, V, F, F
 - d) F, V, F, V
 - e) V, F, F, F

39 TCE/GO – 2007 – ESAF O direito de petição, na esfera administrativa, quanto a atos referentes à cassação de aposentadoria do servidor estadual,

- a) prescreve em 20 (vinte) anos.
- b) prescreve em 180 (cento e oitenta) dias.
- c) prescreve em 5 (cinco) anos.
- d) prescreve em 120 (cento e vinte) dias.
- e) é imprescritível, por se tratar de defesa de direito já anteriormente incorporado ao patrimônio jurídico do servidor aposentado.

40 CGU – 2006 – ESAF A licença a favor do servidor público para o exercício de atividade política será

- a) não-remunerada, até o limite de três meses.
- b) remunerada, até o limite de três meses, entre o registro de sua candidatura e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- c) remunerada, desde a escolha em convenção partidária, até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- d) não-remunerada, entre o dia da escolha em convenção partidária até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- e) remunerada, até o limite de quatro meses, entre a escolha em convenção partidária e a data da eleição.

41 ANP/TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2008 – CESGRANRIO Quanto à acumulação remunerada de cargos, está de acordo com o que dispõem a Lei no 8.112, de 1990, e suas modificações posteriores:

- (A) a acumulação de cargos, empregos ou funções é permitida, de forma livre, para qualquer servidor efetivo.
- (B) a vedação na percepção de receita por participação em órgãos colegiados, não alcança a atividade de participação nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- (C) a possibilidade de acumulação depende somente da comprovação de compatibilidade de horários.
- (D) na acumulação de dois cargos, por servidor efetivo, em havendo nomeação para um terceiro cargo em comissão, ele sempre deverá se afastar dos dois primeiros, para poder ocupar o último.

(E) uma acumulação de cargos, vedada quando o servidor estava ativo, torna-se possível, do ponto de vista legal, em havendo aposentadoria.

42 DECEA/ADMINISTRAÇÃO – 2006 – CESGRANRIO O Art. 97 do Capítulo VI da Lei no 8.112/1990 trata dos casos de afastamentos do serviço a que o servidor tem direito, sem qualquer prejuízo. Ele poderá afastar-se do serviço, entre outras razões, para alistar-se como eleitor. Neste caso, por quantos dias o servidor poderá afastar-se do serviço?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 5
- (D) 7
- (E) 8

43 DNPM/ANALISTA ADMINISTRATIVO – 2006 – CESGRANRIO Fará jus ao adicional de periculosidade o(a) servidor(a) de autarquia federal que exercer atividade considerada perigosa, tal como aquela exercida:

- (A) em locais insalubres.
- (B) em zonas de fronteira.
- (C) em contato com substâncias tóxicas.
- (D) em localidades do interior de difíceis condições de vida.
- (E) pela lactante, enquanto durar a lactação.

44 TRE – PI/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC A respeito do regime disciplinar dos Servidores Públicos da União, considere:

I. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder a 180 dias.

II. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

III. O servidor público federal estável que pratica usura sob qualquer de suas formas está sujeito a penalidade de demissão.

IV. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

De acordo com a Lei no 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

45 FCC/TRT 4ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Em matéria de faltas do servidor público ao serviço e dos respectivos reflexos em sua remuneração, considere as seguintes afirmações:

I. o servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.

II. o servidor perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

III. as faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, somente.

- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, somente.
- (E) I, II e III.

46 TRT 4ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC NÃO caracteriza conduta proibida ao servidor público

- (A) recusar fé a documentos públicos.
- (B) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- (C) promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.
- (D) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, em situações de emergência e transitórias.
- (E) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

47 (UFRJ – BIBLIOTECÁRIO – 2009 - NCE/UFRJ) Dentro do Regime disciplinar previsto na Lei 8112/90, são considerados deveres do servidor público da União:

- (A) zelar pela economia do material e a depredação do patrimônio público;
- (B) sempre que ordenado pelo superior hierárquico, guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- (C) cumprir as ordens superiores e inferiores, exceto quando ilegais;
- (D) representar contra atos legal ou ilegal e sobre abuso de poder;
- (E) manter conduta compatível com a moral administrativa.

48 TÉCNICO INPI – 2009 – NCE UFRJ

O artigo 87 da lei nº 8112 de 11 de dezembro de 1990 diz que, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração na seguinte situação:

- (A) dois meses, para participar de curso de capacitação profissional;
- (B) três meses, para participar de curso de capacitação profissional;
- (C) seis meses, para participar de curso de treinamento e desenvolvimento;
- (D) seis meses, na eventualidade de ter acumulado dois quinquênios;
- (E) nove meses, na eventualidade de ter acumulado três quinquênios.

49 TÉCNICO ANTT – 2008 – NCE UFRJ

Considere as seguintes assertivas sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:

- I – A nacionalidade brasileira e o gozo dos direitos políticos são requisitos básicos para investidura em cargo público.
- II – A nomeação, ascensão e readaptação são formas de provimento de cargo público.
- III – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

IV – A reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado e farse-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

V – A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

São falsas:

- (A) apenas uma assertiva;
- (B) apenas duas assertivas;
- (C) apenas três assertivas;
- (D) apenas quatro assertivas;
- (E) todas as assertivas.

50 TÉCNICO ANTT – 2008 – NCE UFRJ

A demissão, nos termos da Lei nº 8.112/90, será aplicada nos seguintes casos, exceto:

- (A) inassiduidade habitual;
- (B) abandono de cargo;
- (C) insubordinação grave em serviço;
- (D) coação de subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional ou sindical;
- (E) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.

51 TÉCNICO ANTT – 2008 – NCE UFRJ

A Lei nº 8.112/90 prevê que o servidor público que reincide em faltas punidas com advertência está sujeito à penalidade administrativa disciplinar de:

- (A) exoneração;
- (B) suspensão de até 15 (quinze) dias;
- (C) suspensão de até 30 (trinta) dias;
- (D) suspensão de até 60 (sessenta) dias;
- (E) suspensão de até 90 (noventa) dias.

52 TÉCNICO ANTT – 2008 – NCE UFRJ

A vacância de cargo público, de acordo com a Lei nº 8.112/90, decorrerá, entre outras, da seguinte situação:

- (A) aproveitamento;
- (B) reversão;
- (C) transferência;
- (D) ascensão;
- (E) posse em outro cargo inacumulável.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | E | 02 | C | 03 | C | 04 | E | 05 | E | 06 | E | 07 | E | 08 | E | 09 | E | 10 | E |
| 11 | C | 12 | C | 13 | A | 14 | C | 15 | E | 16 | E | 17 | C | 18 | E | 19 | E | 20 | C |
| 21 | E | 22 | C | 23 | C | 24 | A | 25 | C | 26 | A | 27 | B | 28 | A | 29 | A | 30 | C |
| 31 | C | 32 | B | 33 | A | 34 | B | 35 | A | 36 | B | 37 | D | 38 | A | 39 | C | 40 | B |
| 41 | B | 42 | B | 43 | C | 44 | D | 45 | E | 46 | D | 47 | E | 48 | B | 49 | B | 50 | D |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 51 | E | 52 | E | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

CAPÍTULO 10 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

01 TCE – AC/DIREITO – 2009 – Cespe/UnB Em relação à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A) A rejeição de representação de improbidade realizada por uma autoridade administrativa impede um particular de requerê-la pelos mesmos fatos ao MP.
- B) Uma vez recebida a ação de improbidade proposta contra um indivíduo e determinada sua citação, ele pode apelar ao tribunal para tentar reformar a decisão.
- C) É legal a conduta de um indivíduo que, arrependido de ter praticado ato de improbidade, procure o promotor de justiça da cidade para dispor-se a transação em que seja proposta à autoridade a recomposição do dano como forma de evitar o prosseguimento da ação que já fora proposta e, por consequência, a aplicação de pena.
- D) Ação de improbidade proposta contra ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) será neste processada e julgada.
- E) Considere a seguinte situação hipotética. Francisco ocupava exclusivamente cargo comissionado em tribunal de justiça e foi responsável pela licitação da obra de reforma do fórum da capital ocorrida no período de 30/6/2003 a 12/9/2003. Em 30/6/2004, ele foi exonerado do cargo. Após regular processo administrativo, foi constatada a prática de ato de improbidade, razão pela qual, em fevereiro de 2009, foi ajuizada ação de improbidade contra Francisco. Nessa situação, está prescrita a aplicação da pena por ato de improbidade.

02 MP-RN – 2009 – Cespe/UnB Quanto à improbidade administrativa, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.429/1992.

- A) É crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia tem conhecimento de que este é inocente.
- B) Ação culposa de terceiro não dará ensejo ao integral ressarcimento de dano, quando ocorrer lesão ao patrimônio público.
- C) No caso de enriquecimento ilícito, o terceiro beneficiário não perde os valores acrescidos ao seu patrimônio.
- D) Qualquer pessoa que tome conhecimento de prática de ato de improbidade administrativa deve representar ao MP estadual.
- E) As ações de improbidade administrativa de atos que atentem contra os princípios da administração pública podem ser propostas até dez anos após o término da função de confiança de quem as tenha praticado.

03 MPE – SE/ANALISTA – 2009 – FCC A ação de improbidade administrativa

- (A) resultará, se procedente, na aplicação das sanções de perda da função pública, ressarcimento integral do dano e multa civil de até 2 (duas) vezes o valor do dano, seja qual for o ato de improbidade cometido.
- (B) apenas poderá ser proposta após a conclusão de procedimento administrativo, instaurado após representação dirigida à autoridade superior do órgão ao qual vinculado o servidor que cometeu o ato de improbidade.
- (C) prescinde da intervenção do Ministério Público, seja na qualidade de parte, seja na de fiscal da lei.
- (D) não admite, se proposta pelo Ministério Público, a figura da encampação pela pessoa jurídica de direito público lesada.

(E) pode ser rejeitada pelo juiz após oitiva prévia do réu, antes da citação para apresentação de contestação.

04 INFRAERO/ANALISTA – 2009 – FCC Na ação de improbidade administrativa,

(A) a sentença que decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará a reversão dos bens em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

(B) estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 10 dias.

(C) a decisão que recebe a petição inicial é irrecurável.

(D) havendo recomposição do dano causado pelo réu, é lícita a transação entre as partes no curso da lide.

(E) destinada a levar a efeito as sanções previstas em lei, ela pode ser proposta em até oito anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 01 | D | 02 | A | 03 | E | 04 | A | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

CAPÍTULO 11 – ATOS ADMINISTRATIVOS

01 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) A competência constitui elemento ou requisito do ato administrativo vinculado, cabendo, entretanto, ao próprio órgão público estabelecer as suas atribuições.

02 (AGU – PROCURADOR – 2010 - Cespe/Unb) O ato administrativo pode ser inválido e, ainda assim, eficaz, quando, apesar de não se achar conformado às exigências normativas, produzir os efeitos que lhe seriam inerentes, mas não é possível que o ato administrativo seja, ao mesmo tempo, perfeito, inválido e eficaz.

03 POLÍCIA FEDERAL – AGENTE – 2009 – Cespe/UnB O princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade retrata a presunção absoluta de que os atos praticados pela administração pública são verdadeiros e estão em consonância com as normas legais pertinentes.

04 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB De acordo com a teoria dos motivos determinantes, o agente que pratica um ato discricionário, embora não havendo obrigatoriedade, opta por indicar os fatos e fundamentos jurídicos da sua realização, passando estes a integrá-lo e a vincular, obrigatoriamente, a administração, aos motivos ali expostos.

05 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB Não é possível o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário na hipótese de remoção de servidor público de ofício, mas com características de perseguição política, em razão de a motivação atender ao interesse da administração.

06 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB Conforme jurisprudência recente do STF e do Superior Tribunal de Justiça, a aposentadoria é um ato complexo que se aperfeiçoa com o registro no TCU.

07 MP-RN – 2009 – Cespe/UnB Assinale a opção correta com relação ao decreto.

- A) O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos quando vagos.
- B) O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir órgãos e entes públicos.
- C) O presidente da República pode dispor, por meio de decreto, sobre o aumento de salário para os servidores públicos.
- D) O decreto autônomo é, em regra, admitido no ordenamento jurídico brasileiro, desde que não viole direitos fundamentais.
- E) O decreto, no ordenamento jurídico brasileiro, não pode inovar na ordem jurídica, visto que tem natureza secundária, e deve sempre regulamentar uma lei.

08 TCE-AC – 2009 – Cespe/UnB Se o governador de um estado nomear um conselheiro do TCE sem a aprovação da assembleia legislativa, tal fato caracterizará um ato administrativo

- A) válido, desde que convalidado pelo TCE e pela assembleia legislativa.
- B) válido, mas imperfeito.
- C) lícito, ineficaz, mas perfeito.
- D) existente, mas inválido.
- E) inexistente e ilegal.

09 TCE-AC – 2009 – Cespe/UnB A obra de construção de um grande centro comercial, em adiantado estágio, foi embargada pelo departamento de obras e posturas do município por invadir área pública. Nesse caso, a administração praticou ato de

- A) império.
- B) postura.
- C) controle.
- D) gestão.
- E) polícia.

10 TCE-AC – 2009 – Cespe/UnB No tocante aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A) A revogação do ato administrativo produz efeitos *ex tunc*.
- B) O ato administrativo se sujeita ao regime jurídico de direito público ou de direito privado.
- C) A imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive naqueles que conferem direitos solicitados pelos administrados e nos atos enunciativos.
- D) A tipicidade é atributo do ato administrativo constante unicamente nos atos unilaterais, razão pela qual não se faz presente nos contratos celebrados pela administração pública.
- E) A permissão é ato administrativo bilateral e vinculado pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.

11 TÉCNICO/TRE-MA – 2009 – Cespe/UnB Acerca dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

I - A imperatividade é a característica do ato administrativo que faz com que esse ato, tão logo seja praticado, possa ser imediatamente executado e seu objeto, imediatamente alcançado.

II - A presunção de legitimidade dos atos administrativos é *iuris tantum*.

III - Todo ato administrativo é autoexecutável.

IV - São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade.

Estão certos apenas os itens

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

E)I, II e IV.

12 PROCURADOR JUDICIAL/IPOJUCA-ES – 2009 – Cespe/UnB O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

13 PMDF – 2009 – Cespe/UnB O Poder Judiciário pode avaliar a legalidade dos atos administrativos, sejam eles vinculados ou discricionários.

14 ANALISTA/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB O desvio de finalidade do ato administrativo verifica-se quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

15 ANALISTA/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB De acordo com a teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Havendo desconformidade entre os motivos e a realidade, ou quando os motivos forem inexistentes, a administração deve revogar o ato.

16 ANALISTA/ANAC – 2009 – Cespe/UnB Um decreto assinado pelo chefe do Poder Executivo e referendado por um ministro de Estado e uma dispensa de licitação dependente de homologação por uma autoridade superior para produzir efeitos são exemplos, respectivamente, de ato complexo e ato composto.

17 ANALISTA/ANAC – 2009 – Cespe/UnB A revogação, possível de ser feita pelo Poder Judiciário e pela administração, não respeita os efeitos já produzidos pelo ato administrativo.

18 ANALISTA/ANATEL – 2009 – Cespe/UnB Ato administrativo é aquele praticado no exercício concreto da função administrativa pelos órgãos do Poder Executivo ou pelos órgãos judiciais e legislativos. Assim, um tribunal de justiça estadual, quando concede férias aos seus servidores, desempenha uma função administrativa.

19 (CVM – ANALISTA – 2010 - Esaf) No que concerne à revogação do ato administrativo, assinale a opção correta.

- a) Só é cabível em face de ato administrativo vinculado.
- b) Funda-se no poder discricionário da Administração Pública para rever seus próprios atos.
- c) Gera efeitos retroativos à data da publicação do ato administrativo revogado.
- d) Depende de manifestação judicial prévia.
- e) É supressão de ato administrativo ilegal.

20 (CVM – AGENTE EXECUTIVO – 2010 - Esaf) Assinale a assertiva que não pode ser caracterizada como ato administrativo.

- a) Semáforo na cor vermelha.
- b) Queda de uma ponte.
- c) Emissão de Guia de Recolhimento da União eletrônica.
- d) Protocolo de documento recebido em órgão público.
- e) Instrução Normativa da Secretaria de Patrimônio da União.

21 SEFAZ/SP – 2009 – ESAF Acerca da teoria geral do ato administrativo, assinale a opção correta.

- a) Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.

- b) O decreto não pode ser considerado como ato administrativo, pois representa, em verdade, manifestação legislativa por parte do Poder Executivo.
- c) Ato administrativo discricionário é aquele em que a lei não deixou opções, estabelecendo que, diante de determinados requisitos, a Administração deve agir de tal ou qual forma.
- d) Todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato administrativo.
- e) O ato administrativo não está sujeito a controle jurisdicional.

22 ANA – 2009 – ESAF Quanto ao regime jurídico a que se submetem os atos administrativos no ordenamento brasileiro, assinale a opção incorreta.

- a) Configura desvio de finalidade a prática de ato administrativo visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) Em virtude de sua presunção de legitimidade, até prova em contrário, presume-se que os atos administrativos foram emitidos em conformidade com a lei.
- c) A conveniência e a oportunidade da prática do ato constituem o mérito administrativo e apenas estarão passíveis de ponderação nos atos discricionários.
- d) De acordo com a teoria dos motivos determinantes, a situação fática que determinou e justificou a prática de ato administrativo passa a integrar a sua validade.
- e) Todos os atos administrativos nulos ou anuláveis são passíveis de convalidação ou saneamento, desde que a prática do novo ato supra a falta anterior.

23 ASSISTENTE TÉCNICO – MF – 2009 – ESAF Associe os elementos do ato administrativo a seus conceitos, em linhas gerais. Ao final, assinale a opção correspondente.

1. Sujeito

2. Objeto ou conteúdo

3. Forma

4. Finalidade

5. Motivo

- () É o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.
 - () É o efeito jurídico imediato que o ato produz.
 - () É o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato.
 - () É aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato.
 - () É a exteriorização do ato e/ou as formalidades que devem ser observadas durante o processo de sua formação.
- a) 2, 4, 3, 1, 5
 - b) 2, 5, 1, 3, 4
 - c) 5, 2, 4, 1, 3
 - d) 5, 4, 2, 1, 3
 - e) 3, 1, 4, 2, 5

24 AUDITOR DO TESOUREIRO MUNICIPAL-NATAL – 2008 – ESAF Quanto aos Atos Administrativos, analise os itens a seguir e marque a opção correta:

- I. A imperatividade não existe em todos os atos administrativos, não se aplicando a atos enunciativos.
 - II. O objeto é o efeito jurídico imediato que o ato produz.
 - III. A fonte da discricionariedade é a própria lei: aquela só existe nos espaços deixados por esta.
 - IV. Os atos administrativos negociais contêm uma declaração de vontade da Administração apta a deferir certa faculdade ao particular, nas condições impostas pelo Poder Público.
 - V. A revogação do ato administrativo pode ser feita pelo Judiciário e pela Administração, quando o administrado praticar ato contrário à lei.
- a) Os itens III e V estão corretos.
 - b) Os itens II e IV estão corretos.

- c) Os itens I e V estão incorretos.
- d) Os itens II e III estão incorretos.
- e) Os itens IV e V estão incorretos.

25 AFC-STN – 2008 – ESAF Quanto à discricionariedade e à vinculação da atuação administrativa, pode-se afirmar corretamente:

- a) a discricionariedade presente num ato administrativo nunca é total, pois, em geral, ao menos a competência, a forma e a finalidade são elementos definidos em lei e, portanto, vinculados.
- b) o ato administrativo será discricionário quando a lei não deixar margem de liberdade para a atuação do administrador e fixar a sua única maneira de agir diante do preenchimento de determinados requisitos.
- c) a conveniência e a oportunidade de realização dos atos constituem o mérito administrativo, presente nos atos vinculados e passível de controle pelo poder judiciário.
- d) quando o motivo for um aspecto discricionário do ato administrativo, ainda que expressamente indicado pela administração pública para a prática de determinado ato, não estará passível de controle pelo poder judiciário.
- e) a admissão de servidor público é ato administrativo discricionário típico, assim como a permissão de uso de bem público é exemplo clássico de ato administrativo vinculado.

26 AFC-STN – 2008 – ESAF O Diretor-Geral do Departamento de Vigilância Sanitária de uma cidade brasileira anulou o ato de concessão de licença de funcionamento de um restaurante ao constatar uma irregularidade em um dos documentos apresentados para sua obtenção, existente desde o momento em que foi apresentado. Em relação a essa situação hipotética, marque a opção correta.

- a) Sendo o Diretor-Geral a autoridade competente para a concessão da licença, apenas uma autoridade superior a ele poderia tê-la anulado.
- b) A invalidação da licença tem efeitos *ex nunc*, ou seja, não retroativos, em respeito aos atos já dela decorridos até então.
- c) Por haver repercussão no campo de interesses individuais, a anulação da licença deve ser precedida de procedimento em que se garanta o contraditório àquele que terá modificada sua situação.
- d) Ainda que o documento seja novamente apresentado, desta vez regularmente constituído, não será possível a convalidação da licença anteriormente concedida por ser absolutamente nula.
- e) Tendo sido uma manifestação legítima de controle de mérito da Administração Pública, avaliados os critérios de conveniência e oportunidade, não é cabível indenização.

27 MPOG – 2008 – ESAF Em se tratando dos atos administrativos, analise os itens a seguir e marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando ao final a opção correspondente:

- () Entre os atributos do ato administrativo, encontra-se a presunção de veracidade a qual diz respeito à conformidade do ato com a lei; em decorrência desse atributo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei;
- () A auto-executoriedade consiste em atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância;
- () Entre os elementos do ato administrativo, encontra-se a finalidade a qual é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo;
- () O objeto ou conteúdo do ato administrativo consiste no efeito jurídico imediato que o ato produz.

- a) F, V, F, F
- b) F, V, V, F
- c) V, F, V, V
- d) F, F, F, V
- e) V, V, F, F

28 IRB – 2006 – ESAF Assinale a opção que contempla exemplo de ato administrativo desprovido de executoriedade.

- a) Apreensão de mercadoria.
- b) Interdição de estabelecimento.
- c) Cassação de licença para conduzir veículo.
- d) Demolição de edifício em situação de risco.
- e) Cobrança de multa administrativa.

29 JUIZ DO TRABALHO – 2005 – ESAF Assinale, entre os seguintes atos administrativos, aquele que não pode ser classificado como discricionário:

- a) licença para construção de imóvel.
- b) nomeação para cargo de provimento em comissão.
- c) ato de ratificação de dispensa de licitação.
- d) decreto de utilidade pública para fins de desapropriação.
- e) autorização para uso de bem público.

30 MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 2009 – ESAF Marque a opção correta quanto aos atos administrativos.

- a) Os atos administrativos de opinião apenas atestam ou declaram a existência de um direito ou situação, como os pareceres.
- b) A presunção de veracidade diz respeito aos fatos.
- c) A auto-executoriedade consiste em atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- d) A Forma é um elemento do ato administrativo que consiste no efeito jurídico imediato que o ato produz.
- e) Motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, sendo que o pressuposto de fato é o dispositivo legal em que se baseia o ato.

31 MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 2009 – ESAF Marque a opção incorreta.

- a) Quando a lei confere expressamente à Administração remoção *ex officio* de funcionário, aponta uma situação de discricionariedade.
- b) A lei, ao definir o motivo do ato administrativo, utilizando-se dos chamados conceitos jurídicos indeterminados, aponta uma situação de discricionariedade.
- c) O mérito do ato administrativo diz respeito à oportunidade e conveniência diante do interesse público a atingir e tem relevância quanto ao controle judicial da Administração Pública.
- d) Cuida-se de controle legislativo sobre a Administração Pública a competência do Senado Federal para processar e julgar o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- e) A competência pode ser objeto de delegação ou de avocação, ainda que se trate de competência conferida por lei a determinado agente, com exclusividade.

32 ANP/TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2008 – CESGRANRIO Considerando o conceito de ato administrativo, analise as afirmações a seguir.

- I - É aceitável considerar que a competência do órgão, para a prática do ato administrativo, é um dos pressupostos necessários para a sua validade.
- II - É razoável acompanhar parte da doutrina que assente na existência de atos da administração e atos administrativos, sendo estes últimos tipicamente estatais.
- III - A competência, para prática de atos administrativos em processos, é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, sendo excepcional a sua delegação.

IV - Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

V - É razoável considerar como inválidos os atos totalmente vinculados produzidos por funcionário em estado de loucura, mesmo que a decisão tomada haja sido idêntica àquela que a lei antecipadamente impunha como a única admissível.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I, II e IV
- (B) I, IV e V
- (C) II, III e IV
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III e V

33 DECEA/DIREITO – 2006 – CESGRANRIO Considerando-se as classificações dos atos administrativos quanto a seus destinatários e alcance, é correto afirmar que a edição de regulamento destinado a especificar os procedimentos de obtenção de autorização para a exploração de determinada atividade é ato administrativo:

- (A) individual e externo.
- (B) individual e interno.
- (C) geral e externo.
- (D) geral e interno.
- (E) geral e complexo.

34 DECEA/DIREITO – 2006 – CESGRANRIO Acerca da invalidação dos atos administrativos é correto afirmar que a(os):

- (A) revogação funda-se no poder discricionário de que dispõe a Administração para rever sua atividade e adequá-la à realização de seus fins.
- (B) anulação de ato pela própria Administração não pode ser efetuada de ofício, dependendo de manifestação do interessado.
- (C) anulação de um ato jurídico exige a apuração de ilegalidade ou ilegitimidade da entidade que o praticou, podendo ser declarada apenas pelo próprio emissor do ato.
- (D) atos administrativos não podem ser revogados pela própria entidade que os praticou.
- (E) efeitos da revogação de um ato administrativo pela própria Administração retroagem à data da realização do ato.

35 DNPM/ANALISTA ADMINISTRATIVO – 2006 – CESGRANRIO A desapropriação de um imóvel é exemplo típico de um ato administrativo:

- (A) nulo.
- (B) interno.
- (C) de gestão.
- (D) de império.
- (E) de expediente.

36 DNPM/APOIO ADMINISTRATIVO – 2006 – CESGRANRIO O requisito necessário à formação do ato administrativo que consiste na situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a sua realização é a(o):

- (A) competência.
- (B) finalidade.
- (C) forma.
- (D) motivo.

(E) objeto.

37 BNDES/DIREITO – 2006 – CESGRANRIO Sobre os atos administrativos, assinale a afirmação correta.

- (A) As autorizações, em regra, constituem atos bilaterais.
- (B) Os atos da Administração são, por definição, atos administrativos.
- (C) É vedada a prática de atos abstratos pela Administração Pública.
- (D) É exemplo de ato constitutivo a demissão de um funcionário público.
- (E) Os efeitos prodrômicos do ato administrativo são espécie de efeito típico do ato.

38 MPE – SE/ANALISTA – 2009 – FCC A Administração Pública pode editar atos administrativos e cumprir suas determinações sem necessidade de oitiva ou autorização prévia do Poder Judiciário ou de qualquer outra autoridade. Tem-se aí a definição de um dos atributos do ato administrativo, consistente na

- (A) inexorabilidade de seus efeitos.
- (B) inafastabilidade do controle jurisdicional.
- (C) presunção de legitimidade.
- (D) auto-executoriedade.
- (E) insindicabilidade.

39 INFRAERO/ANALISTA – 2009 – FCC A respeito do vício do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) O vício quanto ao motivo só se configura ante a falsidade do motivo.
- (B) A usurpação da função ocorre quando o agente público excede os limites de sua competência, praticando ato de atribuição de autoridade superior.
- (C) Aplica-se plenamente a teoria das nulidades do Direito Civil ao vício do ato administrativo.
- (D) Dentre outras condutas, caracterizam o vício quanto à competência, a usurpação de função, o excesso de poder e a função de fato.
- (E) O ato é ilegal, por vício de forma, apenas quando a lei expressamente a exige.

40 TJ – PA/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC A anulação e a revogação do ato administrativo sujeitam-se às seguintes regras:

- (A) A anulação do ato administrativo não pode ser decretada se o ato for vinculado.
- (B) A revogação do ato administrativo produz efeito ex tunc; a anulação efeito ex nunc.
- (C) Revogação é a supressão de um ato administrativo por ilegítimo e ilegal.
- (D) Todo e qualquer ato administrativo pode ser revogado.
- (E) Ato administrativo emanado do Poder Executivo pode ser anulado pela própria Administração, de ofício ou a requerimento do interessado, ou pelo Poder Judiciário, nesta última hipótese.

41 TRT 15ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC A anulação do ato administrativo

- (A) pode ser feita por conveniência e oportunidade.
- (B) pode se feita tanto pela Administração quanto pelo Poder Judiciário.
- (C) não pode ser feita pelo Poder Judiciário, mesmo que provocado pelo interessado.
- (D) vale a partir da decisão anulatória, não retroagindo os seus efeitos.
- (E) é privativa da autoridade no exercício de função administrativa.

42 TJ – PI/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Quanto aos Atos Administrativos, é INCORRETO afirmar:

- (A) Dentre os seus atributos, destaca-se o da autoexecutoriedade pelo qual pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

- (B) Permissão é o ato administrativo bilateral, vinculado e oneroso, pelo qual é facultado ao particular a contratação de bem ou serviço público.
- (C) Complexo é o ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um único ato.
- (D) Alvará é o instrumento pelo qual a Administração Pública confere licença ou autorização para a prática de ato ou exercício de atividade sujeitos ao poder de polícia do Estado.
- (E) Sendo o motivo pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, a sua ausência ou a indicação de motivo falso invalidam o ato.

43 TJ – PI/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Quanto aos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) não podem ser praticados nas Mesas Legislativas.
- (B) não podem ser praticados por dirigentes de autarquias e das fundações.
- (C) cabem exclusivamente aos órgãos executivos.
- (D) podem ser emanados de autoridades judiciárias.
- (E) sua prática é vedada aos administradores de empresas estatais e serviços delegados.

44 TRT 16ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Determinada Prefeitura Municipal pretende realizar obras de urbanização no entorno da área onde está localizado o imóvel do Tribunal Regional do Trabalho. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) não caberá ao Judiciário dizer se tais obras são ou não prioritárias ou urgentes, podendo apenas invalidar os atos manifestamente ilegais, resultantes de abuso de poder ou desvio de finalidade.
- (B) o ato tem natureza de vinculação, visto que a oportunidade à conveniência dessas obras estão sempre atreladas à lei, cabendo ao administrador proceder de forma estrita, ainda que presente o interesse coletivo.
- (C) a discricionariedade do administrador municipal é plena, afastando-se quaisquer limites quanto à legalidade ou ao interesse público, por ser uma prerrogativa própria e imprescindível do cargo.
- (D) o administrador municipal não poderá praticar os atos relacionados a essa obra com liberdade de escolha de seu conteúdo e do modo de sua realização sem a prévia autorização do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
- (E) sendo um ato de natureza discricionária por parte do Município, não terá o administrador municipal qualquer margem de liberdade para escolher essa ou aquela conduta, salvo instaurar o processo de urbanização.

45 TJ - PI/TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Com relação ao ato administrativo, é INCORRETO afirmar:

- (A) É espécie do gênero ato da Administração.
- (B) Está sujeito ao regime administrativo e é passível de controle jurisdicional.
- (C) Nem sempre produz efeito jurídico.
- (D) Possui não só conteúdo formal, mas também material.
- (E) É todo ato lícito que tenha por fim adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos.

46 TJ - PI/TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Espécie de ato administrativo da competência exclusiva dos Chefes do Executivo, destinado a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expresso, explícito ou implícito, pela legislação. Trata-se de

- (A) resolução.
- (B) regulamento.
- (C) provimento.
- (D) instrução normativa.
- (E) decreto.

47 TRT 2ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2008 – FCC Sobre o conceito de ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) O ato administrativo não produz efeitos jurídicos imediatos.
- (B) Ato praticado por concessionário de serviço público, mesmo no exercício de prerrogativas públicas, não caracteriza ato administrativo.
- (C) Qualquer manifestação de vontade ou declaração da Administração configura ato administrativo.
- (D) Todo ato administrativo retrata manifestação bilateral de vontades.
- (E) Quando o Estado pratica atos jurídicos regulados pelo Direito Civil ou Comercial, coloca-se no plano dos particulares.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | E | 02 | E | 03 | E | 04 | C | 05 | E | 06 | C | 07 | A | 08 | D | 09 | A | 10 | D |
| 11 | B | 12 | C | 13 | C | 14 | C | 15 | E | 16 | C | 17 | E | 18 | C | 19 | B | 20 | B |
| 21 | A | 22 | E | 23 | C | 24 | B | 25 | A | 26 | C | 27 | D | 28 | E | 29 | A | 30 | B |
| 31 | E | 32 | D | 33 | C | 34 | A | 35 | D | 36 | D | 37 | D | 38 | D | 39 | D | 40 | E |
| 41 | B | 42 | B | 43 | D | 44 | A | 45 | C | 46 | E | 47 | E | | | | | | |

CAPÍTULO 12 – LICITAÇÃO PÚBLICA

01 (STM - APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa responsável pelo certame.

02 (STM - APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) Configura-se situação de inexigibilidade de licitação a contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

03 (STM - APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) É dispensável a realização de termo de contrato e facultada sua substituição por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, a critério da administração pública, desde que a compra enseje entrega imediata e integral dos bens adquiridos e não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00.

04 (STM - APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) Considere que seja realizada uma licitação para a contratação de empresa de engenharia para pavimentação asfáltica. Nessa situação, é legal a exigência constante do edital, como requisito de qualificação técnica, relativa à necessidade de comprovação, no momento da sessão de abertura, da propriedade de usina de concreto betuminoso — matéria-prima utilizada em pavimentações — pelo licitante.

05 (STM - APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) A existência de relação de parentesco entre o fiscal do contrato e qualquer sócio da empresa contratada pela administração pública configura violação ao princípio da moralidade.

06 (STM - TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) Melhor técnica ou técnica e preço são tipos de licitação que não podem ser utilizados para serviços de natureza intelectual; na elaboração de projetos, cálculos, estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos; e na fiscalização, supervisão e gerenciamento de engenharia consultiva, em geral.

07 (PREVIC - ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) É possível ao gestor público realizar concorrência para aquisição de um bem de valor inferior a R\$ 50.000,00.

08 (PREVIC - ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) O gestor público, mesmo visando maior garantia de concorrência e lisura entre os possíveis interessados, não pode combinar as modalidades de licitação existentes para torná-las mais eficientes e eficazes.

09 (PREVIC - ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO – 2011 - Cespe/Unb) Para participar da modalidade de licitação denominada convite, os participantes devem ser prévia e formalmente convidados pela administração pública.

10 (PREVIC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2011 - Cespe/Unb) A Lei de Licitações destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, que deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

11 (MMA - ANALISTA AMBIENTAL – 2011 – Cespe/Unb) Para a contratação de bens e serviços de informática pela administração pública, se adotado o critério técnica e preço, não pode ser utilizado o procedimento licitatório na modalidade convite, independentemente do valor desses bens e serviços.

12 (TRE – ES – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2011 - Cespe/Unb) É dispensável a licitação caso haja possibilidade de comprometimento da segurança nacional nos casos estabelecidos em decreto do presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

13 (TRE – ES – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2011 - Cespe/Unb) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao objeto a ser licitado, cadastrados ou não, escolhidos e convidados, em número mínimo de três, pela unidade administrativa, devendo, na impossibilidade de obtenção do número mínimo de licitantes exigidos, a administração eleger outra modalidade para a realização do ato.

14 (TRE – ES - TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – 2011 - Cespe/Unb) É hipótese de dispensa de licitação a aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo.

15 (ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO – 2010 – Cespe/Unb) O sistema de registro de preços da administração federal direta, autárquica e fundacional é adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses, entre outras: quando, pelas características do bem ou

serviço, houver necessidade de contratações frequentes e quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

16 (ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – DIREITO – 2010 – Cespe/Unb) Se, após procedimento de dispensa de licitação, a administração convocar o contratado para firmar o contrato, no valor de R\$ 6.000,00, não será facultado à administração substituir o instrumento do contrato por outros instrumentos hábeis.

17 (ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – DIREITO – 2010 – Cespe/Unb) O pregão é modalidade inaplicável na formação do registro de preços, dada a exigência legal da concorrência.

18 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) Todo procedimento licitatório será sempre um ato administrativo formal, independentemente da esfera da administração pública em que seja realizado.

19 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) Na forma da lei, é dispensável a licitação na situação em que a União tenha de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

20 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) Admite-se a inexigibilidade de licitação caso haja inviabilidade de competição, incluindo-se nessa situação a contratação de serviços técnicos de publicidade e divulgação.

21 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) Os princípios básicos a serem observados no processamento e julgamento de licitações incluem: a moralidade, a igualdade, a publicidade, a legalidade, a impessoalidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

22 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações têm como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvadas as concorrências de âmbito internacional, para as quais o edital deve ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

23 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) Os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios estão subordinados ao regime dessa lei.

24 (ANEEL - ESPECIALISTA E ANALISTA – 2010 - Cespe/Unb) De acordo com a Lei de Licitações, é inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

25 TRF 1ª Região – JUIZ FEDERAL – 2009 – Cespe/UnB De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, assinale a opção correta.

A) Será inexigível a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.

B) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

C) Não se admite a rescisão judicial do contrato administrativo, uma vez que apenas à administração, em juízo de conveniência e oportunidade, cabe decidir acerca da manutenção da avença contratual.

D) Será dispensável a licitação para as compras de material de uso pessoal e administrativo pelas Forças Armadas, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

E) Constitui motivo para a rescisão do contrato administrativo o atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

26 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB Segundo entendimento do TCU, é pressuposto para dispensa de licitação o fato de a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se ter originado, total ou parcialmente, de falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, de ela não poder, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que deveria agir para prevenir a ocorrência de tal situação.

27 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB Caso a União, visando recuperar recursos públicos federais desviados por uma quadrilha composta por diversos servidores públicos, pretenda contratar um escritório de advocacia localizado nos Estados Unidos da América, com notória especialidade nesse tipo de ação, tal contrato poderá ser firmado com inexigibilidade de licitação.

28 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB Se determinado estado da Federação, em processo de licitação para aquisição de um produto encontrado em todo o território nacional, inserir no instrumento convocatório cláusula estabelecendo preferência por contratar empresas sediadas no próprio estado, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico local, a referida cláusula ofenderá o disposto na lei, especialmente o princípio da isonomia.

29 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB O processo de licitação será iniciado, obrigatoriamente, mediante a realização de audiência pública pela autoridade responsável, sempre que o valor estimado para a contratação for superior a 1,5 milhão de reais, a fim de ampliar o acesso a todos os interessados.

30 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB Para a contratação de compras governamentais e serviços que não sejam de engenharia, com valor estimado de contrato de seiscentos e quarenta mil reais, o estatuto das licitações indica a modalidade de tomada de preços, mas é admitida, em qualquer caso, a concorrência.

31 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB Será dispensável a licitação quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

32 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB É dispensável a licitação para celebrar contrato de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

33 MP-RN – 2009 – Cespe/UnB A fase da licitação na qual se atribui ao vencedor o objeto da licitação é a:

- A) adjudicação.
- B) homologação.
- C) contratação.
- D) habilitação.
- E) classificação.

34 MP-RN – 2009 – Cespe/UnB Com relação a licitações e contratos, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

A) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que tenham atendido a todas as condições exigidas para cadastramento até o segundo dia anterior à data do recebimento de propostas.

B) Exige-se a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

C) As compras da administração pública, sempre que possível, devem ser processadas por meio de sistema de registro de preço.

D) Para obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00, a modalidade de licitação indicada deve ser a tomada de preços.

E) É dispensável a licitação quando há inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico.

35 TÉCNICO/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB Após empate em todos os critérios definidos em edital, uma empresa brasileira terá preferência em relação a uma empresa suíça, na celebração de contrato administrativo com o município de São Paulo.

36 (CVM – ANALISTA – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA – 2010 - Esaf) Segundo a legislação vigente, o Sistema de Registro de Preços (SRP) deve ser preferencialmente adotado nas seguintes situações, exceto:

a) quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.

b) quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

c) quando houver inviabilidade de competição, tornando a licitação inexigível.

d) quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade.

e) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

37 (CVM – ANALISTA – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA – 2010 - Esaf) Acerca do tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando da participação em licitações públicas, é correto afirmar que:

a) sendo sua a melhor oferta inicial, não se sujeitam às regras de desempate, ainda que outra empresa congênera tenha apresentado proposta dentro do limite estabelecido para o empate.

b) a comprovação de sua regularidade fiscal somente será exigida na fase de julgamento das propostas de preços.

c) a elas se destina, obrigatoriamente, participação exclusiva nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

d) devem apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal apenas quando da assinatura do contrato.

e) ocorrendo o empate, podem apresentar proposta de preço igual àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

38 SUSEP/AGENTE EXECUTIVO – 2006 – ESAF Para habilitação dos licitantes, no caso de pregão, não será exigida documentação relativa à

a) habilitação jurídica.

b) garantia da proposta.

- c) qualificação econômico-financeira.
- d) regularidade fiscal.
- e) qualificação técnica.

39 SUSEP/ANALISTA TÉCNICO – 2006 – ESAF A nulidade do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade insanável, induz também à do contrato dele decorrente, o que opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, exonerando a Administração de indenizar o que porventura haja sido executado.

- a) Correta esta assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque a nulidade da licitação não acarreta a do contrato.
- c) Incorreta a assertiva, porque a celebração do contrato supera eventual nulidade ocorrida na licitação.
- d) Incorreta a assertiva, porque o pactuado no contrato tem que ser inteiramente cumprido.
- e) Incorreta a assertiva, porque a nulidade da licitação e a do contrato dela decorrente, não exonera a Administração de indenizar o que foi efetivamente executado.

40 MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 2009 – ESAF Considerando o que dispõe a Lei n. 10.520/2002 e o Decreto n. 5.450/2005, os quais dispõem sobre a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, marque a opção incorreta.

- a) É vedada a exigência de garantia de proposta.
- b) Caberá ao pregoeiro, em especial, conduzir a sessão pública na Internet.
- c) As funções de pregoeiro poderão ser desempenhadas por militar no âmbito do Ministério do Exército.
- d) Quanto ao valor, examinada a proposta classificada em primeiro lugar, caberá ao pregoeiro decidir a respeito de sua aceitabilidade.
- e) O pregão poderá ser adotado para aquisição de bens comuns.

41 MPOG/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 2009 – ESAF Considerando o que dispõe a Lei n. 8.666/93 e legislação posterior, marque a opção correta.

- a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da moralidade.
- b) É vedada a declaração de inexigibilidade nas licitações destinadas a contratar concessões e permissões de serviço público e uso de bem público.
- c) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados.
- d) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- e) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico.

42 CGU/ANALISTA – 2008 – ESAF Segundo disposições da Lei n. 8.666/93, são serviços técnicos profissionais especializados, exceto:

- a) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- b) pareceres e perícias.
- c) consultoria e assessoria.
- d) fiscalização de obras.
- e) patrocínio de causas administrativas.

43 CGU/ANALISTA – 2008 – ESAF Julgue os itens, se verdadeiros ou falsos, e assinale a opção que indica a seqüência correta.

- I. Nas dispensas e inexigibilidades de licitação, é dispensável a existência de projeto básico.
- II. Quando houver um único fornecedor do bem ou serviço, deve-se proceder à dispensa da licitação.
- III. A licitação é dispensável quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

IV. É admissível a dispensa de licitação para a restauração de obras de arte.

- a) F,F,V,F
- b) V,F,V,V
- c) F,V,F,F
- d) V,V,V,F
- e) F,V,F,V

44 CGU/ANALISTA – 2008 – ESAF Na fase de habilitação nos processos licitatórios serão exigidos dos licitantes vários documentos comprobatórios de sua capacidade para contratar com a Administração Pública. Assinale a opção que indica uma comprovação que, se exigida, estará em desacordo com a Lei n. 8.666/93.

- a) Capacidade econômico-financeira.
- b) Capacidade jurídica.
- c) Regularidade fiscal.
- d) Qualificação econômico-financeira.
- e) Possuir em seu quadro de pessoal quantitativo suficiente para cumprir o objeto.

45 CGU/ANALISTA – 2008 – ESAF Assinale a opção em que a concorrência na alienação de bens imóveis da Administração Pública não pode ser dispensada.

- a) Dação em pagamento.
- b) Investidura.
- c) Venda a outro órgão da Administração Pública.
- d) Alienação onerosa ou gratuita de imóveis comerciais de até 500 metros quadrados.
- e) Alienação gratuita ou onerosa em programas habitacionais.

46 CGU/ANALISTA – 2008 – ESAF A respeito da desclassificação de propostas de licitantes, é correto afirmar, exceto:

- a) a proposta desclassificada, após corrigida, poderá ser reapresentada, desde que haja concordância dos demais licitantes.
- b) serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do edital.
- c) propostas com preços manifestamente inexequíveis devem ser desclassificadas.
- d) propostas com valores globais superiores ao limite estabelecido devem ser desclassificadas.
- e) a desclassificação de todas as propostas faculta à administração fixar prazo para os licitantes apresentarem novas propostas.

47 CGU/ANALISTA – 2008 – ESAF Segundo disposições da Lei n. 10.520/2002, o prazo de validade das propostas apresentadas nas licitações realizadas na modalidade Pregão será de:

- a) até noventa dias e deverá ser fixado no edital.
- b) sessenta dias ou pelo prazo fixado no edital.
- c) vinte dias, prorrogável por igual período.
- d) trinta dias, se aquisição de serviços, e noventa dias para os demais casos.
- e) quinze dias improrrogáveis para qualquer aquisição.

48 BNDES/ADMINISTRADOR – 2009 – CESGRANRIO Órgão integrante da Administração Pública Federal publicou edital de licitação visando à realização de obra pública. Findo o procedimento licitatório, o administrador constatou que a verba orçamentária, que havia sido disponibilizada para a referida obra, deveria ser utilizada em outra finalidade pública de maior urgência, em decorrência de fato superveniente.

Nessa situação, cabe ao administrador

- (A) celebrar o contrato com o licitante vencedor do certame e suspender a execução contratual até que haja disponibilidade de recursos financeiros.
- (B) celebrar o contrato com o licitante vencedor, inserindo, no ajuste, cláusula de modificação dos prazos de pagamento.
- (C) revogar o procedimento licitatório, assegurando ao licitante vencedor direito de defesa e indenização pelas despesas suportadas.
- (D) revogar o procedimento licitatório, sem necessidade de assegurar ao licitante vencedor direito de defesa ou indenização pelas despesas suportadas.
- (E) anular o certame licitatório, por vício de legalidade.

49 CASA DA MOEDA/ADVOGADO – 2009 – CESGRANRIO Segundo as normas para licitações e contratos da Administração Pública (Lei no 8.666/93), o procedimento licitatório será dispensável

- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta, justificadamente, não puder ser repetida, sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas.
- (B) quando caracterizada urgência de atendimento de situação emergencial ou de calamidade pública, limitada a contratação, ao prazo máximo de 60 (sessenta) dias, justificada pela autoridade administrativa competente.
- (C) para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela Administração Pública, por meio de especificações usuais no mercado.
- (D) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) sempre que houver inviabilidade de competição devidamente justificada pela autoridade administrativa.

50 DECEA/ADMINISTRAÇÃO – 2009 – CESGRANRIO Dentre as modalidades de licitação, destaca-se a concorrência, cujas características são apresentadas abaixo.

- I – Na fase de divulgação deverá ser respeitado o prazo mínimo de 45 ou de 30 dias entre a última publicação e a data de apresentação das propostas.
- II – Qualquer interessado pode participar desta modalidade de licitação, sem necessidade de atendimento a requisitos previstos para tomada de preços ou convite.
- III – Contratos de valor superior a R\$ 1.500.000,00 (para obras e serviços de engenharia) ou R\$ 650.000,00 (demais contratos) deverão sujeitar-se à concorrência.
- IV – Podem participar os interessados previamente inscritos em cadastro público.
- V – É o procedimento mais simplificado dentre as modalidades de licitação.

São corretas APENAS as características

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

51 ANP/ESPECIALISTAS – 2008 – CESGRANRIO Quando admitida a participação de consórcios nas licitações para outorga dos contratos de concessão para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, o edital de licitação deverá

- (A) determinar a proibição de participação de uma empresa integrante de consórcio na licitação de um mesmo bloco, seja através de outro consórcio ou diretamente.
- (B) determinar a proibição de participação de empresa estrangeira em consórcios.

- (C) exigir, como requisito de qualificação jurídica, a apresentação de documento que comprove a prévia constituição do consórcio, subscrito por todas as consorciadas.
- (D) exigir, nas hipóteses em que não há responsabilidade solidária das consorciadas, a indicação das obrigações específicas de cada integrante do consórcio.
- (E) exigir, como requisito à participação na licitação, o prévio registro do instrumento de constituição do consórcio no órgão de registro do comércio.

52 ANP/DIREITO – 2008 – CESGRANRIO Sobre licitações, pode-se afirmar que:

- I - as licitações para obras envolverão três etapas: projeto básico, projeto executivo e execução da obra;
- II - a existência de uma guerra em curso constitui hipótese de dispensa de licitação;
- III - as concessões, assim como as permissões, devem ser precedidas de licitação;
- IV - as consultorias econômicas estão listadas no rol de serviços técnicos profissionais ou especializados, na legislação de licitações;
- V - a licitação na modalidade de concurso, deve ser realizada, de preferência, para a devida contratação de serviços técnicos profissionais.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I, II e III
- (B) I, IV e V
- (C) II, III e IV
- (D) I, II, III e V
- (E) II, III, IV e V

53 (SEFAZ-SP - ANALISTA EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – 2010 - FCC) De acordo com a Lei no 8.666/93, a licitação é inexigível para

- (A) contratação de qualquer profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) alienação e aquisição de obras de arte.
- (C) compra ou locação de imóveis destinados às atividades da Administração.
- (D) contratação de serviços de publicidade, desde que comprovada a notória especialização do contratado.
- (E) situações de emergência ou grave comoção social, devidamente comprovadas.

54 (SEFAZ-SP - ANALISTA EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – 2010 - FCC) A modalidade licitatória para alienação de bens imóveis da Administração é

- (A) sempre concorrência.
- (B) sempre leilão.
- (C) concorrência ou leilão, a critério da autoridade e mediante adequada justificativa, fundada no grau de liquidez do imóvel.
- (D) leilão para os imóveis de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e concorrência para aqueles acima desse valor.
- (E) concorrência, admitindo-se a adoção da modalidade leilão para os imóveis adquiridos por dação em pagamento ou em procedimento judicial.

55 (PGM-PI - PROCURADOR DO MUNICÍPIO – 2010 - FCC) No que diz respeito às licitações, é correto afirmar:

- (A) A Lei no 8.666/93, que dispõe sobre normas para licitações, admite a possibilidade de criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas na mencionada lei.

- (B) É inexigível licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
- (C) Serão efetuadas no local onde for realizada a obra, objeto do certame, salvo motivo de interesse público, devidamente justificado.
- (D) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será 30 dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar regime de empreitada integral.
- (E) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

56 SEFAZ – SP/AGENTE FISCAL DE RENDA – 2009 – FCC Em matéria de licitações, é característica estranha à modalidade concorrência, prevista na Lei no 8.666/93, a

- (A) exigência de comprovação de qualificação técnica na fase de habilitação.
- (B) possibilidade de alteração de valores constantes da proposta comercial durante o procedimento.
- (C) possibilidade de julgamento pelo critério de menor preço.
- (D) possibilidade de uso de recursos administrativos no curso do procedimento.
- (E) utilização do tipo técnica e preço para serviços de natureza predominantemente intelectual.

57 DPE – MA/DEFENSOR PÚBLICO – 2009 – FCC O Estado do Maranhão adjudicou, em sede de execução fiscal, um imóvel que pertencia a uma empresa devedora de ICMS. Pretendendo alienar este imóvel com a maior agilidade possível, uma vez autorizada normativamente a transferência onerosa, o Poder Público deve adotar a seguinte modalidade de procedimento licitatório:

- (A) pré-qualificação.
- (B) pregão.
- (C) leilão.
- (D) tomada de preços.
- (E) convite.

58 DPE – MA/DEFENSOR PÚBLICO – 2009 – FCC Determinado Estado publicou edital de abertura de licitação para aquisição de móveis para guarnecer as escolas públicas de ensino fundamental instaladas em seu território. Outra decisão de governo culminou com a municipalização do ensino fundamental. O convênio que disciplinou a operacionalização da dita municipalização declarou ser de responsabilidade dos municípios guarnecer as escolas com os móveis e utensílios que se mostrassem necessários, o que seria avaliado somente quando do recebimento dos imóveis onde funcionam as atividades. Neste caso a Administração Pública Estadual

- (A) pode revogar a licitação, uma vez que não se mostra mais conveniente e oportuno realizar a despesa, vez que a providência será adotada pelos municípios quando do recebimento dos imóveis.
- (B) deve anular a licitação em curso, uma vez que a conclusão do procedimento eivaria a contratação de vício de ilegalidade.
- (C) pode prosseguir com a licitação, sub-rogando-se os municípios nos efeitos do contrato a ser firmado com o vencedor.
- (D) pode anular a licitação em curso, vez que cessados os motivos para a aquisição dos bens.
- (E) deve prosseguir com a licitação, uma vez que o início do procedimento impede a revogação, possibilitando apenas a anulação por vício de legalidade.

59 DPE – SP/DEFENSOR PÚBLICO – 2009 – FCC A Construtora “A” sagrou-se vencedora de licitação pública para construção do novo paço municipal de determinado Município. Iniciada a execução dos serviços, subcontratou a totalidade da própria obra. Grande desabamento, por exclusiva imperícia de funcionários da subcontratada, causou graves danos materiais e a morte de operário e

engenheiro. Este cenário hipotético permite duas conclusões contempladas corretamente na seguinte alternativa:

- (A) Não poderia haver subcontratação do todo da obra, pois é expressamente vedada tal possibilidade pela legislação vigente; o poder público responderá na totalidade pelos danos materiais e morais.
- (B) Poderia haver subcontratação, ainda que do todo da obra, pois amparada pela legislação vigente; o poder público responderá na totalidade pelos danos materiais e morais.
- (C) Em nenhuma hipótese haveria possibilidade legal de subcontratação, quer total, quer parcial; a Construtora “A” responderá exclusivamente pelos danos materiais e morais.
- (D) Poderia haver subcontratação parcial, dentro dos limites admitidos pelo edital e contrato administrativo; a empresa subcontratada responderá, em solidariedade com o poder público.
- (E) Poderia haver subcontratação, dentro dos limites admitidos pelo edital e contrato administrativo; a Construtora “A” é a responsável, exclusivamente, pelos danos materiais e morais.

60 TCE – GO/ANALISTA – DIREITO – 2009 – FCC Dentre os requisitos mínimos de conteúdo do edital de licitação, NÃO se faz presente o que consiste em:

- (A) Critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos.
- (B) Objeto da licitação, descrito clara e sucintamente.
- (C) Minuta de contrato a ser celebrado, sob a forma de anexo.
- (D) Condições de anulação e revogação superveniente da licitação.
- (E) Sanções para o caso de inadimplemento.

61 TCE – GO/ANALISTA – DIREITO – 2009 – FCC Nas licitações conduzidas sob a modalidade de pregão, depois de abertos os envelopes

- (A) de habilitação, os concorrentes habilitados poderão fazer lances sucessivos, até que se verifique a melhor oferta.
- (B) contendo as propostas comerciais, poderão fazer lances sucessivos os licitantes que oferecerem preço não superior a 10% da melhor oferta.
- (C) contendo as propostas comerciais, todos os licitantes habilitados poderão fazer lances sucessivos.
- (D) contendo as propostas comerciais, poderão fazer lances sucessivos os licitantes com as três melhores ofertas, em qualquer caso.
- (E) de habilitação, apenas poderão fazer lances sucessivos os licitantes com as três melhores ofertas, em qualquer caso.

62 MPE – SE/ANALISTA – DIREITO – 2009 – FCC Na definição do objeto da licitação, a autoridade licitante deverá levar em consideração, tanto quanto possível,

- (A) a concentração de diversas atividades em um único certame, ainda que essas atividades sejam técnica e economicamente independentes, de modo a diminuir os custos do procedimento licitatório.
- (B) os princípios da legalidade e da economicidade, de modo a permitir a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de particular que já tenha vencido certame anterior, com objeto idêntico.
- (C) a divisão do objeto em tantas parcelas quantas forem técnica e economicamente viáveis, para ampliar a competitividade do certame.
- (D) o fracionamento quantitativo do objeto da licitação, para permitir a realização de várias licitações idênticas em modalidades mais informais, ou mesmo para viabilizar a dispensa de licitação em razão do seu baixo valor.
- (E) o interesse subjetivo dos possíveis interessados, permitindo-lhes agir durante a fase interna da licitação e contribuir para a definição das condições do certame.

63 MPE – SE/ANALISTA – 2009 – FCC Constitui hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei no 8.666/93, a

- (A) contratação de serviços ou aquisição de bens, por entidades da administração direta ou sociedade de economia mista, prestados ou produzidos por entidade integrante da mesma esfera de governo.
- (B) alienação de ações, que poderão ser negociadas em bolsa de valores, de acordo com a legislação específica.
- (C) contratação de profissional de notória especialização.
- (D) contratação de serviços de publicidade.
- (E) permuta de bens móveis e imóveis.

64 MPE – SE/ANALISTA – 2009 – FCC Em relação às etapas da licitação, é correto afirmar que a (A) fase de habilitação deve sempre preceder a de julgamento das propostas, independentemente da modalidade licitatória.

- (B) inversão de fases de habilitação e de julgamento das propostas é admitida, a critério da comissão de licitação, independentemente da modalidade licitatória.
- (C) fase de classificação das propostas precede a de habilitação, na modalidade pregão.
- (D) fase de julgamento das propostas deve sempre preceder a de habilitação, nas modalidades pregão e concorrência pública.
- (E) inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas é admitida apenas na modalidade convite.

65 MPE – SE/ANALISTA – 2009 – FCC Em uma concorrência pública, já ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,

- (A) a Administração deve anular o processo de licitação.
- (B) o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.
- (C) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, eis que se operou a preclusão.
- (D) a Administração, embora não possa desclassificar o referido licitante, tem a faculdade de desconsiderar a proposta por ele apresentada.
- (E) somente pela via judicial poderá o referido licitante ser afastado do certame.

66 MPE – SE/ANALISTA – 2009 – FCC A alienação de bens imóveis de propriedade da Administração direta e de entidades autárquicas e fundacionais, de acordo com a Lei no 8.666/93,

- (A) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e licitação na modalidade concorrência, independentemente da forma de aquisição.
- (B) depende de avaliação, autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência, tomada de preços ou convite, de acordo com o valor do imóvel.
- (C) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e licitação, afastados tais requisitos na hipótese de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública.
- (D) poderá ser realizada pela modalidade de leilão, quando adquiridos pela Administração em razão de procedimento judicial ou dação em pagamento.
- (E) independe da autorização legislativa na hipótese de bens avaliados abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

67 TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – DIREITO – 2009 – FCC Ao pregão eletrônico (Decreto no 5.450/2005), aplica-se, dentre outras, a seguinte regra:

- (A) A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de dois anos, vedada recondução, ou para licitação específica.
- (B) No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio não poderão ser desempenhadas por militares.

(C) A licitação na modalidade de pregão eletrônico não se aplica às contratações de obras de engenharia nem às locações imobiliárias.

(D) Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário do local onde se realiza o pregão, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

(E) Até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

68 ANALISTA INPI – 2009 – NCE UFRJ

A fase externa do pregão é iniciada com a convocação dos interessados e observará determinadas regras. Dentre as apontadas no documento legal que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, o prazo fixado, em dias úteis, para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a:

(A) sete;

(B) oito;

(C) quatorze;

(D) quinze;

(E) trinta.

69 ANALISTA INPI – 2009 – NCE UFRJ

O art. da Lei de nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 diz que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar sanções ao contratado. Três dessas sanções são:

(A) notificação pública, suspensão de participação em licitação por três anos e multa;

(B) advertência, suspensão de participação em licitação por um ano e multa;

(C) multa, impedimento de contratar com a administração por 1 (um) ano e advertência;

(D) notificação pública, multa e advertência;

(E) advertência, multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

70 ANALISTA INPI DIREITO – 2009 – NCE UFRJ

A inexigibilidade do procedimento licitatório pela Administração Pública, pode ser caracterizado por:

(A) casos de contratação em ocasiões de grave perturbação da ordem ou comprometimento da segurança nacional, bem como quando houver comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional e na aquisição de materiais, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor ou representante comercial exclusivo;

(B) contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição

dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação eticoprofissional e não tenha fins lucrativos;

(C) intervenção da União no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento, bem como nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, desde que seja identificada a necessidade e urgência social bem como para aquisição de material e obras e serviços de engenharia até o montante de R\$ 150.000,00;

(D) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida à ordem de classificação da licitação anterior e respeitando o valor oferecido pelo licitante a ser contratado, assim como pela intervenção da União no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

(E) aquisição de materiais, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelas entidades equivalentes.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | E | 02 | E | 03 | E | 04 | E | 05 | C | 06 | E | 07 | C | 08 | C | 09 | E | 10 | C |
| 11 | C | 12 | C | 13 | E | 14 | E | 15 | C | 16 | E | 17 | E | 18 | C | 19 | C | 20 | E |
| 21 | C | 22 | C | 23 | C | 24 | E | 25 | E | 26 | C | 27 | C | 28 | C | 29 | E | 30 | C |
| 31 | C | 32 | C | 33 | A | 34 | C | 35 | C | 36 | C | 37 | A | 38 | B | 39 | E | 40 | C |
| 41 | B | 42 | C | 43 | A | 44 | E | 45 | D | 46 | A | 47 | B | 48 | C | 49 | A | 50 | A |
| 51 | A | 52 | D | 53 | A | 54 | E | 55 | E | 56 | B | 57 | C | 58 | A | 59 | E | 60 | D |
| 61 | B | 62 | C | 63 | B | 64 | C | 65 | B | 66 | D | 67 | C | 68 | B | 69 | E | 70 | E |

CAPÍTULO 13 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

01 (ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO – 2010 – Cespe/Unb)
No contrato de adesão, todas as cláusulas são fixadas unilateralmente pela administração.

02 (ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO – 2010 – Cespe/Unb)
O extrato dos contratos administrativos deve ser publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de sua assinatura.

03 (MPU - ANALISTA DE ORÇAMENTO – 2010 - Cespe/Unb) Toda prorrogação de contrato deve ser previamente justificada pela autoridade detentora da atribuição legal específica; portanto, é nula toda cláusula contratual que disser ser a avença automaticamente prorrogável.

04 (ANEEL - ESPECIALISTA E ANALISTA – 2010 - Cespe/Unb) Entre as cláusulas exorbitantes presentes no contrato administrativo, destaca-se a possibilidade de a administração pública alterar unilateralmente as cláusulas contratuais, independentemente de qualquer motivação.

05 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB Aplica-se aos contratos administrativos a *exceptio non adimpleti contractus*, na hipótese de atraso injustificado, superior a 90 dias, dos pagamentos devidos pela administração pública.

06 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas as que tenham até determinado valor previsto em lei, feitas em regime de adiantamento.

07 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), caso uma autoridade municipal competente declare inidônea determinada empresa, essa declaração de inidoneidade será vinculante para se rescindirem os contratos já firmados com outros entes federativos ou pessoas jurídicas de direito público.

08 AUDITOR/TCU – 2009 – Cespe/UnB A ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, regularmente comprovada, seja impeditiva da execução do contrato autoriza a rescisão do contrato, por parte da administração, por ato unilateral e escrito.

09 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB É possível a celebração de contratos pela administração pública em posição de igualdade com o particular contratante, sendo estes considerados como contratos administrativos atípicos; além disso, é facultativa a sua formalização, desde que possam ser substituídos por outros instrumentos hábeis de comprovação.

10 TÉCNICO/TCU – 2009 – Cespe/UnB É possível a alteração unilateral pela administração pública do contrato administrativo celebrado na hipótese de reforma de edifício, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos.

11 MP-RN – 2009 – Cespe/UnB Assinale a opção correta com relação aos contratos administrativos e à Lei de Licitações.

- A) Os contratos administrativos são caracterizados, via de regra, por sua imutabilidade.
- B) Cláusulas exorbitantes são aquelas que não constavam do contrato administrativo quando de sua elaboração, mas que foram posteriormente acrescentadas por meio de aditivo contratual firmado entre as partes.
- C) Segundo a lei em tela, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, são motivos para a rescisão do contrato.
- D) Contratos administrativos são aqueles em que uma das partes é uma pessoa jurídica de direito público.
- E) Fato da administração são medidas de ordem geral não relacionadas diretamente com o contrato, mas que nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado.

12 TCE-AC – 2009 – Cespe/UnB Assinale a opção correta a respeito dos contratos administrativos.

- A) A inadimplência do contratado quanto aos encargos comerciais relativos à obra contratada não transfere à administração sua responsabilidade por seu pagamento.
- B) Não se admite a contratação verbal de particular pela administração em razão da oficialidade dos atos administrativos.
- C) O aumento da carga tributária que tenha produzido consequências no contrato administrativo somente acarretará sua revisão para adequação se ocorrido após a sua celebração.
- D) A administração pode unilateralmente deixar de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo quando verificada hipótese de força maior.
- E) O contrato entre a administração e empresa para execução de serviços de conservação e limpeza torna-se eficaz a partir da assinatura pelo particular.

13 TCE-AC – 2009 – Cespe/UnB No âmbito dos contratos administrativos, a teoria da imprevisão, assentada no instituto da equidade, é sustentada no ordenamento jurídico brasileiro pela jurisprudência e pela doutrina, uma vez que não está integrada ao direito positivo, especialmente para o fim de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou justificar a prorrogação de prazos contratuais.

14 ANALISTA/ANATEL – 2009 – Cespe/UnB O regime de contratação do direito privado diverge fundamentalmente do adotado no âmbito público. Como característica de todos contratos feitos com base na Lei n.º 8.666/1993 tem-se a existência das denominadas cláusulas exorbitantes.

15 ANALISTA/MI – 2009 – Cespe/UnB Enquanto o contrato se caracteriza por interesses opostos que se encontram, o convênio é marcado pela coexistência de interesses convergentes que nele se integram.

16 ANALISTA/MI – 2009 – Cespe/UnB O instrumento de contrato será facultativo quando a licitação ocorrer na modalidade de convite, bem como nas situações de dispensa e inexigibilidade cujos preços estejam compreendidos nos limites dessa modalidade.

17 ANALISTA/MI – 2009 – Cespe/UnB Na prestação de serviços a serem executados de forma contínua, é permitida a prorrogação do contrato por períodos iguais e sucessivos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, até o máximo de 60 meses.

18 INEA/AUDITOR – 2007 – CESGRANRIO A cláusula *rebus sic stantibus*, ínsita aos contratos administrativos, se opõe à idéia de

- (A) quase-contratos.
- (B) inexigibilidade de licitação.
- (C) exceção de contrato não cumprido.
- (D) imutabilidade das disposições contratuais.
- (E) continuidade da prestação dos serviços públicos.

19 EPE/ADMINISTRAÇÃO – 2007 – CESGRANRIO Uma autarquia federal insere, nos instrumentos convocatórios das licitações que realiza para a contratação de obras, a exigência de prestação de garantia no valor equivalente a 5% do valor do contrato. Consultado a respeito deste procedimento na celebração dos contratos administrativos, você deve responder, corretamente, que, neste caso:

- (A) é vedada a prestação de seguro-garantia.
- (B) é vedada a prestação de garantia na forma de fiança-bancária.
- (C) a exigência de garantia é ilegal, por violar disposição expressa da Lei nº 8.666/93.
- (D) o contratado deverá prestar garantia em dinheiro.

(E) o contratado poderá prestar garantia em títulos da dívida pública, na forma da lei.

20 EPE/ADMINISTRAÇÃO – 2005 – CESGRANRIO O contrato assinado entre uma empresa pública e uma empreiteira estabeleceu, com clareza e precisão, as condições para a sua execução. Os serviços serão pagos por preço certo de unidades determinadas. Esse regime de contratação é por empreitada:

- (A) mista.
- (B) integral.
- (C) por tarefa.
- (D) por preço unitário.
- (E) por preço global.

21 PGE - RJ/TÉCNICO SUPERIOR ADMINISTRADOR – 2009 – FCC É condição para a eficácia do contrato administrativo

- (A) a publicação do inteiro teor do instrumento na Imprensa Oficial no prazo de quinze dias úteis após sua assinatura.
- (B) a sua lavratura em Cartório de Notas, de tudo juntando-se cópia ao processo que lhe deu origem.
- (C) verbal, a sua comunicação à autoridade que homologou a licitação no prazo de vinte e quatro horas.
- (D) a publicação do inteiro teor do instrumento no prazo de trinta dias contados de sua assinatura.
- (E) a publicação resumida do ajuste que deverá ser providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

22 PGE - RJ/TÉCNICO SUPERIOR PROCURADORIA – 2009 – FCC A inexecução total ou parcial de contrato dá à Administração Pública a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa. Quanto a tais sanções é correto afirmar que

- (A) os recursos administrativos contra a aplicação de penalidades não admitem efeito suspensivo.
- (B) a pena de multa pode ser aplicada juntamente com qualquer uma das outras.
- (C) a pena de suspensão temporária para participação em licitação não pode ultrapassar cinco anos.
- (D) não cabe recurso da aplicação das penas de advertência, multa e suspensão temporária.
- (E) é permitida a acumulação de sanções administrativas em qualquer hipótese.

23 TRF 5ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2008 – FCC A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista pela inexecução total ou parcial do contrato, conforme disposição expressa da Lei de Licitações, é de competência exclusiva

- (A) de Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.
- (B) da Comissão de Licitação.
- (C) dos Tribunais de Contas.
- (D) do Poder Judiciário.
- (E) do Ministério Público.

24 TCE – CE/ANALISTA – 2008 – FCC Denominam-se cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos aquelas que atribuem à Administração determinados poderes, derogatórios do regime jurídico dos contratos privados. Entre estas cláusulas, estão as que confirmam à Administração

- (A) o poder de provocar o Poder Judiciário para anular o contrato.
- (B) o poder de provocar o Poder Judiciário para revogar o contrato.
- (C) a faculdade de modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação ao interesse público.
- (D) a faculdade de alterar o contrato, em acordo com o contratado, independentemente dos limites legais de aumento ou supressão do seu objeto.
- (E) a obrigação de indenizar o contratado pela rescisão unilateral da Administração, sem justa causa.

- 25 TRF 2ª – TÉCNICO DE CONTABILIDADE – 2007 – FCC A administração Pública contratante pode rescindir unilateralmente o contrato administrativo, exceto na hipótese de
- (A) haver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento.
- (B) ocorrer atraso injustificado do início da obra, serviço ou fornecimento.
- (C) não haver liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, nos prazos contratuais.
- (D) dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.
- (E) subcontratação total ou parcial do seu objeto, não prevista no edital e no contrato

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | C | 02 | E | 03 | C | 04 | E | 05 | C | 06 | C | 07 | E | 08 | C | 09 | C | 10 | C |
| 11 | C | 12 | A | 13 | E | 14 | E | 15 | C | 16 | C | 17 | C | 18 | D | 19 | E | 20 | D |
| 21 | E | 22 | B | 23 | A | 24 | C | 25 | C | | | | | | | | | | |

CAPÍTULO 14 – SERVIÇOS PÚBLICOS

01 TCE-ES – 2009 – Cespe/UnB Acerca dos consórcios públicos, assinale a opção correta.

A - Suponha que alguns municípios do estado do Espírito Santo e do Rio de Janeiro venham a firmar um consórcio público com o estado do Rio de Janeiro, visando o aperfeiçoamento do serviço público da região. Nessa situação, não haveria impedimento de a União também integrar esse consórcio.

B - Podem participar como consorciados tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto as pessoas jurídicas de direito privado.

C - O ente consorciado poderá ser excluído, após prévia suspensão, quando não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

D - A União não poderá celebrar convênios com consórcio público em que não figure como consorciada.

E - Por meio de contrato de programa poderá ser atribuído ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele mesmo prestados.

02 TCE-ES – 2009 – Cespe/UnB Ocorre encampação quando

A - o serviço está sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade desse serviço.

B - a concessionária descumpre cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.

C - a concessionária é condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

D - há a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

E - há rescisão do contrato de concessão, por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

03 CGU – 2008 – ESAF Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos é correto afirmar:

- a) nos contratos de financiamento, as concessionárias não poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão.
- b) para garantir contratos de mútuo de longo prazo, destinados a investimentos relacionados a contratos de concessão, em qualquer de suas modalidades, não se admite que as concessionárias cedam ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros.
- c) incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros. A responsabilização será atenuada em razão da existência da fiscalização exercida pelo órgão competente.
- d) o contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, nos termos da lei.
- e) a encampação e a caducidade não extinguem a concessão, vez que sua extinção ocorrerá pelo advento do termo contratual, pela rescisão, ou pela anulação.

04 CGU – 2008 – ESAF Parceria público-privada - PPP é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Sobre a PPP é correto afirmar:

- a) após a celebração do contrato, poderá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.
- b) o contrato não poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável.
- c) as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público.
- d) o certame para a contratação de parcerias público-privadas não obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, mas a legislação específica.
- e) é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período seja inferior a dois anos.

05 DECEA/DIREITO – 2006 – CESGRANRIO Acerca dos procedimentos e condições relacionados à outorga de serviços públicos a particulares, na forma da Lei no 8.987/95, afirma-se que:

- I - toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação;
- II - o Poder Concedente possui a prerrogativa de intervir na concessão com a finalidade de assegurar a adequação na prestação do serviço outorgado;
- III - a outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo na hipótese de inviabilidade técnica ou econômica devidamente justificada pelo Poder Concedente;
- IV - contrato de concessão pode ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, mediante interposição de ação judicial específica.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

06 PETROBRAS/DIREITO – 2006 – CESGRANRIO A hipótese de extinção da concessão através da retomada, pelo poder concedente, dos serviços públicos delegados à iniciativa privada, antes do vencimento do contrato e por motivo de interesse público, através da promulgação de lei autorizativa específica e mediante o prévio pagamento de indenização, consiste, nos termos da legislação vigente, em:

- (A) encampação.

- (B) caducidade.
- (C) revogação.
- (D) anulação.
- (E) rescisão.

07 DPE – PA/DEFENSOR PÚBLICO – 2009 – FCC Nos termos do que prevê a Lei Federal no 8.987/95, a concessão de serviços públicos extingue-se por diversas formas, sendo correto afirmar, neste tema, que a

- (A) encampação da concessão é implementada por meio da edição de decreto e tem lugar quando se verifica a inadimplência do concessionário.
- (B) caducidade enseja a rescisão da concessão pela expiração do prazo fixado no contrato.
- (C) anulação da concessão tem lugar somente quando o concessionário pratica infração contratual que também configure violação de dispositivo normativo, eivando a relação de vício de ilegalidade.
- (D) reversão da concessão enseja o retorno ao poder concedente dos bens afetos ao serviço público somente nos casos em que tiver havido inadimplência do concessionário.
- (E) falência do concessionário acarreta a extinção da concessão e, como consequência, a reversão ao poder concedente dos bens aplicados ao serviço objeto do contrato.

08 DPE – SP/DEFENSOR PÚBLICO – 2009 – FCC Em relação aos Serviços Públicos, é INCORRETO afirmar:

- (A) A concessão de serviço público exige autorização legislativa, licitação exclusivamente pela modalidade concorrência, formalização de contrato e prazo determinado, abrangendo somente pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.
- (B) O contrato de concessão pela chamada parceria público-privada deve ser precedido de licitação, na modalidade concorrência, sendo imprescindível consulta pública e autorização legislativa quando se tratar da hipótese de concessão patrocinada, por prazo superior a 35 anos.
- (C) A conservação de praças, jardins e canteiros de avenidas, em troca de publicidade local da pessoa jurídica prestadora dos respectivos serviços, enquadra-se na chamada autorização de serviços públicos, dispensada licitação e autorização legislativa.
- (D) A permissão tem caráter precário, mediante contrato de adesão tanto com pessoas jurídicas quanto físicas, admitindo qualquer modalidade de licitação.
- (E) A instituição de um órgão gestor e a criação de um fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas são essenciais para as parcerias público-privadas em que a União figurar como parceira.

09 DPE – MT/DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO – 2009 – FCC Em relação ao sentido de serviço público que se pode extrair do regime constitucional hoje vigente no Brasil, pode-se corretamente afirmar que é um sentido

- (A) unívoco, na medida em que a Constituição contém um rol expresso e taxativo dos deveres do Estado, dizendo-os “serviços públicos”.
- (B) mais restrito do que certas formulações doutrinárias, face à dicotomia constitucional estabelecida entre serviços públicos e atividades econômicas exploradas pelo Estado.
- (C) amplo, posto que as atividades estatais em geral, como regra, comportam execução por delegação, mediante concessão ou permissão.
- (D) restrito, vez que apenas pode ser considerado serviço público aquele prestado diretamente pelo Estado.
- (E) restrito, vez que apenas pode ser considerado serviço público aquele prestado mediante concessão ou permissão.

10 MPE – SE/ANALISTA – DIREITO – 2009 – FCC É modalidade de transferência da execução de serviço público a particulares, caracterizada pela contratualidade e pela possibilidade de revogação unilateral pelo poder concedente, a

- (A) permissão.
- (B) reversão.
- (C) delegação.
- (D) encampação.
- (E) autorização.

11 (FCC/TJ – PA/ANALISTA JUDICIÁRIO – DIREITO/2009) Com referência aos serviços públicos é INCORRETA a afirmação:

- (A) Os serviços industriais são impróprios do Estado, por consubstanciarem atividade econômica que só pode ser explorada diretamente pelo Poder Público quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (B) O Estado pode delegar a execução de serviço público por meio de concessão a empresas ou consórcios de empresas, os quais o executa por sua conta e risco.
- (C) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (D) Os serviços públicos são incumbência do Estado, que os presta sempre diretamente, podendo fazê-lo de forma centralizada ou por meio de entidades da Administração indireta.
- (E) Os serviços públicos podem ser gerais ou individuais, sendo aqueles o que a Administração presta sem ter usuários determinados; e estes quando os usuários são determinados e a utilização é particular e mensurável para cada destinatário.

12 TJ – PI/ANALISTA JUDICIÁRIO – 2009 – FCC Quanto à concessão e à permissão de serviço público, é correto afirmar:

- (A) O objeto da permissão é a transferência da titularidade e a execução de serviço público ao particular, a título oneroso, mas por conta e risco do poder concedente e do permissionário.
- (B) Encampação é o nome que se dá à rescisão bilateral da concessão, quando se justificar de interesse público, fazendo o concessionário jus ao ressarcimento de eventuais prejuízos.
- (C) A concessão decorre de ato unilateral discricionário e a permissão de acordo de vontades vinculado, dispensada, nesta última hipótese, a licitação.
- (D) Em qualquer caso de extinção da concessão, é cabível a incorporação ao poder concedente dos bens do concessionário necessários ao serviço público, mediante indenização.
- (E) É vedada por lei a concessão de serviço público quando se tratar de serviço próprio do Estado ou que vise a prestação de atividade de essencial interesse público.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | C | 02 | D | 03 | D | 04 | C | 05 | E | 06 | A | 07 | E | 08 | B | 09 | B | 10 | A |
| 11 | D | 12 | D | | | | | | | | | | | | | | | | |

CAPÍTULO 15 – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

01 BACEN-PROCURADOR – 2009 – Cespe/UnB Assinale a opção correta a respeito da Lei n.º 9.784/1999.

A - O processo administrativo iniciar-se-á somente a pedido de interessado.

B - O processo administrativo regido pela Lei n.º 9.784/1999 não protege os direitos ou interesses difusos.

C - Os atos praticados sob o manto da delegação imputam-se ao delegante e ao delegado, de forma concorrente.

D - Está impedido de atuar no processo administrativo o tio daquele que atuou como testemunha.

E - O parecer do órgão consultivo deverá ser emitido impreterivelmente no prazo máximo de quinze dias.

02 TCE-ES – 2009 – Cespe/UnB No que se refere à Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), assinale a opção correta.

A - Se determinado ato for praticado com base em parecer jurídico, deverá constar desse ato a transcrição daquela motivação, não sendo suficiente a mera referência ao anterior parecer.

B - Pessoa absolutamente incapaz, de 10 anos de idade, tem legitimidade para instaurar processo relativo a pedido de concessão de pensão, decorrente da morte do titular, nessa situação, independentemente de estar devidamente representada.

C - Na hipótese de decisão administrativa contrariar enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

D - Suponha que um servidor público tenha recebido uma delegação de poderes e, com base nela, tenha editado determinado ato. Nessa situação, como houve delegação, eventual impugnação judicial ao ato deve ser feita contra a autoridade delegante.

E - A decisão proferida em recurso administrativo não poderá prejudicar a situação da pessoa do recorrente.

03 PROCURADORIA GERAL-DF – 2007 – ESAF Nos termos dos dispositivos da Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo, é incorreta a afirmação de que:

a) não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.

b) quando a lei não fixar prazos diferentes, é de 10 (dez) dias o prazo para interpor o recurso administrativo, contado da ciência da decisão ou divulgação oficial da decisão recorrida.

c) a redação do art. 55 impõe expressamente o dever de a Administração convalidar, *sponte propria*, os atos que apresentem defeitos sanáveis, nos quais se evidencia não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

d) salvo disposição em contrário, os recursos administrativos não terão efeito suspensivo.

e) o prazo para os órgãos consultivos emitirem seu parecer, quando devam ser obrigatoriamente ouvidos, é de 15 (quinze) dias.

04 ANEEL – 2006 – ESAF Têm (tem) legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos da Lei n. 9.784/99, exceto:

a) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.

b) Aqueles cujos direitos forem indiretamente afetados pela decisão.

c) Os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

d) O Ministério Público da União.

e) As organizações representativas, em se tratando de direitos e interesses coletivos.

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 01 | D | 02 | C | 03 | C | 04 | D | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

CAPÍTULO 16 – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

01 PMDF – 2009 – Cespe/UnB Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, visando ao controle da administração pública, com finalidade de invalidar atos e contratos administrativos ilegais e lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

02 ANALISTA/TRE-MA – 2009 – Cespe/UnB No que se refere ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

A) Invade o mérito do ato administrativo o exame, pelo Poder Judiciário, dos motivos que levaram à prática desse ato.

B) Configura controle interno, decorrente da autotutela, aquele exercido pela própria administração sobre os atos administrativos praticados no âmbito da administração pública direta e da indireta.

C) Os recursos administrativos terão efeito suspensivo somente quando houver previsão legal expressa.

D) A reclamação constitui modalidade de recurso administrativo por meio do qual é veiculada denúncia de irregularidades perante a própria administração pública ou perante os demais entes de controle.

E) As constituições estaduais podem estabelecer outras modalidades de controle do Poder Legislativo sobre a administração pública além das previstas na CF.

03 ANALISTA/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB O TCU integra a estrutura do Poder Legislativo e exerce a atividade auxiliar de controle externo da administração pública, da qual não faz parte o controle da legalidade dos atos administrativos, porque essa atribuição é reservada ao Poder Judiciário.

04 ANALISTA/TRT-ES – 2009 – Cespe/UnB O controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas alcança qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos. Em razão do sistema de jurisdição única adotado no Brasil, as pessoas privadas, físicas ou jurídicas, estão sujeitas apenas ao controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário, não sendo passíveis de controle legislativo.

05 MPE-RO/PROMOTOR – 2008 – Cespe/UnB O TCU tem natureza jurídica de órgão integrante da estrutura administrativa do Poder Legislativo, ao qual está subordinado hierarquicamente.

06 MPE-RR/CONTADOR – 2008 – Cespe/UnB O controle da administração pública no âmbito externo é feito exclusivamente pelo Poder Judiciário.

07 TJ-CE/ANALISTA/ADMINISTRAÇÃO – 2008 – Cespe/UnB No controle dos atos administrativos, a regra aplicável ao Poder Judiciário é examiná-los sob o prisma da legalidade e, quanto ao mérito, apreciar sua conveniência e oportunidade, sobretudo em se tratando de atos motivados, o que importa dizer que são passíveis de anulação, independentemente de eventuais lesões aos cofres públicos.

08 TRF/JUIZ FEDERAL – 2007 – Cespe/UnB Os órgãos de controle interno da administração pública têm, praticamente, as mesmas competências deferidas constitucionalmente aos tribunais de contas, no que se refere ao objeto do controle das matérias sindicadas, sendo diversas somente a forma de exteriorização e as conseqüências do exercício desse controle.

09 EPE/ADMINISTRAÇÃO – 2005 – CESGRANRIO O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta NÃO abrange a competência para:

- (A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação para cargo de provimento em comissão.
- (B) apreciar as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- (C) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (D) fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União ao Estado.
- (E) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

10 EPE/ADMINISTRAÇÃO – 2005 – CESGRANRIO O instrumento de controle jurisdicional da Administração que se caracteriza por ser a medida hábil contra a inércia do Poder Público em expedir regras necessárias e indispensáveis ao exercício de direitos e liberdades constitucionais é o(a):

- (A) *habeas corpus*.
- (B) *habeas data*.
- (C) mandado de injunção.
- (D) ação popular.
- (E) ação civil pública.

11 TRF 5ª/ ANALISTA JUDICIÁRIO – 2008 – FCC O controle administrativo da Administração Pública é

- (A) exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
- (B) o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação.
- (C) exercido pelo Ministério Público por meio da ação civil pública.
- (D) exercido pelo Poder Judiciário por meio de ações judiciais.
- (E) uma forma de controle externo.

12 METRÔ – SP/ADVOGADO – 2008 – FCC Na ação popular,

- (A) o autor visa à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- (B) o autor pode ser qualquer pessoa, ainda que suspenso dos seus direitos políticos.
- (C) o Ministério Público pode assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- (D) se o autor desistir da ação, qualquer cidadão ou o Ministério Público poderá promover o seu prosseguimento, desde que o faça dentro de cento e vinte dias da publicação do respectivo edital.
- (E) da sentença que a julgar procedente

GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 01 | C | 02 | C | 03 | E | 04 | E | 05 | E | 06 | E | 07 | E | 08 | C | 09 | A | 10 | C |
| 11 | B | 12 | A | | | | | | | | | | | | | | | | |